

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO**

GEISA CÁSSIA ROMANI DE ABREU

**A SUBJETIVIDADE NA ATIVIDADE DE TRABALHO DE OPERADORES DE UMA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DO RIO GRANDE DO SUL**

SÃO LEOPOLDO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GEISA CÁSSIA ROMANI DE ABREU

**A SUBJETIVIDADE NA ATIVIDADE DE TRABALHO DE OPERADORES DE UMA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira

SÃO LEOPOLDO

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162s Abreu, Geisa Cássia Romani de

A subjetividade na atividade de trabalho de operadores de uma indústria petroquímica do Rio Grande do Sul / Geisa Cássia Romani de Abreu – São Leopoldo, 2009.

95 f.

Diss. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, UNISINOS.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Teixeira

1.Lingüística aplicada 2.Enunciação 3.Intersubjetividade 4.Singularidade
5.Corpo-si 6. Comunicação humana 7. Linguagem – Trabalho 8. Indústria petroquímica - Trabalhador I. Teixeira, Marlene II. Título.

CDD 418.2
CDU 801:331

Geisa Cássia Romani de Abreu

**A SUBJETIVIDADE NA ATIVIDADE DE TRABALHO DE OPERADORES DE UMA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos

Aprovada em 23 de março de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva – PUC/SP

Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti – Unisinos/RS; UCPel/RS

Dra. Marlene Teixeira – Unisinos/RS (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Às componentes da banca avaliadora, Dra. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Dra. Maria da Glória Corrêa di Fanti, por aceitarem realizar esta leitura e pela elaboração da argüição, que trará, certamente, mais luz à minha caminhada acadêmica.

Dra. Marlene Teixeira, agradeço a ti pela dedicação, confiança e carinho depositados em meu projeto. Tua *metassabedoria* transpassa tuas palavras, sempre mágicas, percorre teu exemplo, sábio e elegante, e nos atinge, teus orientandos, na concretização do que nos tornamos a partir de tuas lições e do convívio contigo.

Ao Professor Yves Schwartz, sou grata e honrada por teres compartilhado tanta sabedoria conosco durante a “*III Jornada Sobre Produção e Legitimação de Saberes para/no Trabalho*”, no campus da Unisinos, na primavera de 2008. Providencialmente, para o benefício desta pesquisa, demonstraste como o conhecimento mais legítimo deve circular para se fazer vivo. Nunca esquecerei os cafés e as conversas em solo gaúcho. *Merci pour cette expérience!*

À Dra. Daisy Cunha, pela presença em nossa *Jornada* e por seu exemplo de paixão à pesquisa, que representa a vocação da academia brasileira para o estudo ergológico e estreita os laços entre Brasil-Aix, França; ofereço meu respeito e minha admiração.

Às professoras Dra. Maria Eduarda Giering e Dra. Maria Clara Bueno Fischer, pelos questionamentos durante a banca de qualificação desta pesquisa e por compartilharem conosco o desconforto intelectual do cruzamento interdisciplinar.

Aos colegas do grupo *Prática de Pesquisa*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos: nossos debates foram fundamentais para o conhecimento ergológico que apresento agora.

Aos amigos e companheiros de caminhada Éderson Cabral e Paulo Rosa, vocês são incríveis! Obrigada pelo apoio técnico, paciência e amizade.

À Analice Santini dos Santos, obrigada por me ensinar, a cada dia, novos significados e possibilidades para a palavra *trabalho*. Em relação a esta pesquisa, em especial, agradeço pela motivação, cuidados, torcida e parceria desde a fase de seleção até o último ponto final desta dissertação.

Aos colegas que, de uma forma ou de outra, tornaram esta pesquisa possível: Alessandra Teixeira, Amara Martins Ramos, Carlos José Lopes Madruga, Clênio Freitas Miranda, Edson Flores, Estevão Ribeiro, Elisandra Hugo, Ricardo Landal de Campos, Lilian Regina de Ávila, Marcelo da Silva Costa, Maiker Marchiori, Marcos Aurélio Pinheiro, Vanda Marisa Reis, Vânia Mahl Selbach.

Uma aranha executa operações que se assemelham às manipulações do tecelão, e a construção das colméias pelas abelhas poderia envergonhar pela sua perfeição, mais do que um mestre-de-obras. Mas há algo em que o pior mestre-de-obras é superior à melhor abelha e é o fato de que, antes de executar a construção, ele a projeta em seu cérebro.

(Karl Marx)

RESUMO

Esta pesquisa foi motivada pela ocorrência significativa de formas verbais passivas analíticas com apagamento do agente, encontradas em relatórios escritos de passagem de serviço de operadores de uma indústria petroquímica. Os aportes teóricos são a lingüística da enunciação, de Émile Benveniste (1989, 2005) e a ergologia, de Yves Schwartz (2000). A partir dessa interlocução, procuramos observar a intervenção do sujeito como ser enigmático – o corpo-si – na atividade de trabalho. A análise das ocorrências da voz passiva sem agente, no nível intralingüístico, mostrou-se insuficiente para os objetivos da pesquisa. Buscamos, então, ultrapassar a descrição do fato lingüístico, em si, para chegar à *metassemântica*, dimensão apenas anunciada por Benveniste no texto *Semiologia da língua*. Para tanto, dois outros *corpora* foram considerados: a passagem de serviço *homem-a-homem* (oral) e a verbalização sobre a atividade. A partir daí, o que aparentemente se mostrava como apagamento do agente na análise dos relatórios foi interpretado como formas de negociação do sujeito com as normas antecedentes.

Palavras-chave: Enunciação. Intersubjetividade. Singularidade. Corpo-Si. Dramáticas de usos de si. Comunicação Humana.

ABSTRACT

This research was motivated by occurring events of analytical passive forms not mentioning the performer, found in written shift break reports of workers in a petrochemical industry. Theoretical supports used are based on the theory of enunciation, by Émile Benveniste (1989, 2005) and Ergology, by Yves Schwartz (2000). Such dialogue has eventually led to an observation of the performer as an enigmatic being – the *corps-soi* – in working field. The intralinguistic analysis of occurring passive voice structures not mentioning the performer have shown to be ineffective to this research. Consequently, we trespass the description of linguistic fact in itself to reach a *metasemantic* concept – dimension proposed by Benveniste at *The semiology of language*. Moreover, two additional *corpora* were added: the *man-to-man* (oral) working shift break and the verbalization over the activity. From then on, what was apparently assumed as the total absence of the performer in written reports turned out to be read as forms of one's negotiation under preceding norms.

Key-words: Enunciation. Intersubjectivity. Singularity. *Corps-Soi*. The dramatic of usage of the self. Human Communication.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 A ATIVIDADE DE OPERADOR DE PROCESSAMENTO PETROQUÍMICO	13
1.2 AS TEORIAS QUE SE ARTICULAM	15
2 ATIVIDADE E TRABALHO: UM ENCONTRO À LUZ DA ERGOLOGIA.....	19
2.1 O CORPO SI NUMA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	24
2.2 AS DRAMÁTICAS DE USOS DE SI DE OPERADORES NA ATIVIDADE PETROQUÍMICA	28
2.3 DISPOSITIVO DINÂMICO A TRÊS PÓLOS: UMA CONVOCAÇÃO PARA ENTENDER O TRABALHO VIVO	30
2.4 A EXOTOPIA COMO SUPORTE PARA O DISPOSITIVO DINÂMICO A TRÊS PÓLOS	31
3 LINGUAGEM E INTERSUBJETIVIDADE: O CORPO-SI NUM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO	34
3.1 DO “IMPOSSÍVEL” NA COMUNICAÇÃO HUMANA: HOMENS NÃO SÃO ABELHAS.....	34
3.2 AS PESSOAS EM DISCURSO	36
3.3 OS PRONOMES E A CONDIÇÃO DE PESSOA.....	38
3.4 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM E A COMUNICAÇÃO HUMANA.....	40
3.5 A ABERTURA PARA O SOCIAL EM BENVENISTE	42
3.6 SUJEITO, LINGUAGEM E SOCIEDADE	46
3.7 A VOZ PASSIVA COMO ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE.....	47
3.7.1 Voz Verbal.....	47
3.7.2 A Voz Passiva Analítica	52
3.7.3 Do Que Retorna à Pesquisa: uma Primeira Tentativa de Análise da Voz Verbal	54
4 UM CORPUS ENRIQUECIDO PELAS POSSIBILIDADES DE OUTROS CORPORA	61
4.1 A TRANSCRIÇÃO DAS GRAVAÇÕES REVELA UMA ATIVIDADE MUITO PARTICULAR.....	62
4.2 VERBALIZAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E A EXPERIÊNCIA INTERSUBJETIVA DO CORPO-SI.....	63

4.2.1 Crônica da Atividade I.....	65
4.2.2 Crônica da Atividade II	68
4.2.3 Crônica da Atividade III.....	70
4.2.4 Conclusões Parciais Sobre a Verbalização da Atividade.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	80
ANEXO A – TABELA DE TURNOS DE REVEZAMENTO.....	81
ANEXO B – INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE RELATÓRIOS	82
ANEXO C – NORMA REGULAMENTADORA NR-6 – ABNT	83

1 INTRODUÇÃO

A origem desta pesquisa remonta muitos anos. Provavelmente tenha surgido durante um turno de plantão, entre os anos de 1989 e 2002, período em que eu¹ trabalhava como operadora em uma unidade de processamento petroquímico de uma indústria do Rio Grande do Sul. Durante 13 anos, convivi com usos lingüísticos² bastante específicos, o que me permitiu observar certa singularidade na linguagem dos operadores, especialmente no que diz respeito às marcas de pessoa e à voz verbal.

Enquanto cumpria meu plantão, costumava ler e reler os livros de relatórios de serviço, buscando entender se essa forma de escrita, que narrava os fatos de trabalho sempre na voz passiva, era um gênero, se era um traço particular de alguns operadores, ou, ainda, se estava relacionada a uma norma para redação de relatórios da empresa. Essa curiosidade foi surgindo de forma espontânea, sem pretensão de virar pesquisa. Talvez fosse, de fato, uma ocupação para os momentos de ócio durante o plantão, até que houvesse o revezamento para que eu pudesse ir embora.

Antes de apresentar o problema de pesquisa, gostaria de contar minha própria experiência de trabalho para fornecer uma amostra das percepções que possam ser comuns a todos os operadores e que, talvez, possam enriquecer a visão sobre o problema de pesquisa. Paralelamente, mostro meu lugar de observação, que não tem a pretensão de ser neutro³, mas que se esforça para trazer à tona todos os elementos que puderem auxiliar na investigação. É o que destaco a seguir.

Em 1989, enquanto cursava a faculdade de Letras (licenciatura plena em português, inglês e respectivas literaturas), comecei a trabalhar numa empresa que era uma referência em termos de segurança econômica e *status* profissional. Mas não foi simples chegar àquela vaga.

¹ Uso a primeira pessoa verbal do singular, quando estiver me referindo às minhas próprias experiências e a do plural, quando o desenvolvimento argumentativo decorrer de co-construção pela dupla aluna/orientadora.

² Decidimos não aderir imediatamente às alterações promovidas pelo acordo ortográfico firmado entre Brasil e demais países de língua portuguesa pelas seguintes razões: a) a obrigatoriedade de adesão às alterações ortográficas dar-se-á somente a partir do ano 2012; b) o corretor automático do editor de texto utilizado durante a escrita desta dissertação não contempla as alterações prescritas pela reforma.

³ Conforme as teorias que estudamos, que reconhecem o caráter subjetivo constituinte de todo ato de linguagem, a neutralidade da pesquisa em ciências humanas é uma utopia. Entendemos o comportamento frente à pesquisa como um exercício exotópico (Bakhtin, 2003), em que o autor (pesquisador) observa os fatos de pesquisa e seus participantes com um excedente de visão capaz de oferecer acabamento àqueles que se envolvem com a pesquisa. Esse embasamento teórico vai ao encontro do dispositivo dinâmico a três pólos, como será demonstrado no capítulo 2 (item 2.4).

Após a seleção pública, iniciei um estágio probatório longo, que durou cerca de um ano, compreendendo treinamento rigoroso, formado por etapas teóricas e práticas, seguidas de testes que podiam reprovar, causando o desligamento do programa e rompimento do compromisso empregatício por parte da companhia. Apesar da formalidade, eu estava orgulhosa por ter passado no concurso e essa era a motivação necessária para que eu me lançasse no processo de aprendizagem desafiador oferecido pela empresa, como pré-requisito à vaga. Como numa aventura, iniciei o Curso de Formação de Operadores (CFO), para estudar química, eletricidade, termodinâmica, mecânica dos fluidos, entre uma diversidade de conteúdos técnicos que eu já havia perpassado – não sem sofrimento – durante o ensino médio. Éramos cerca de 30 pessoas que haviam deixado seus empregos, faculdade e até famílias no interior do Rio Grande do Sul para frequentar aquelas aulas, que aconteciam numa atmosfera de competição, pois aqueles que tivessem melhor desempenho poderiam escolher as unidades onde iriam trabalhar; quem não atingisse a média 6,0, reprovava, sem que houvesse apelação ou indenização.

Eu, como a maioria dos colegas do curso, considerava as provas muito difíceis e temia a reprovação. Ainda assim, passei pelas etapas teóricas do programa com desempenho bastante razoável, embora não tivesse atingido média suficiente para escolher meu local de trabalho. Depois da divulgação das notas, todos os candidatos foram encaminhados de acordo com critérios e necessidades da empresa, alguns, de acordo com suas escolhas. Nas unidades que nos foram designadas, aconteceria o treinamento prático, onde seríamos avaliados pela equipe técnica, nossos futuros colegas de trabalho.

Dentro da unidade de processamento petroquímico, a etapa prática iniciou trazendo novos desafios, com outros níveis de dificuldade: o ruído das máquinas era grande, o horário de trabalho seguia uma tabela complexa (Anexo A), com turnos de revezamento a cada 8 horas. A quantidade de siglas e códigos usados para denominar os equipamentos se tornara uma espécie de dialeto que eu tinha que dominar para me comunicar com os demais operadores. Depois do clima ambíguo de disputa e fraternidade desenvolvido no grande grupo do CFO, éramos quatro operadores somente, designados para um setor muito complexo, tido como o mais perigoso de todos. Era ali que desenvolveríamos a próxima etapa de treinamento.

Entender o funcionamento dos processos produtivos exigia muita atenção, raciocínio rápido e lógico e visão sistêmica das variáveis que influenciavam o processo. Além disso, éramos tratados como calouros, e, como era tradição, vítimas de variados tipos de trotes.

Essas brincadeiras atrapalhavam muito o treinamento, mas, de certa forma, analisando agora, foram importantes para promover nossa integração ao grupo de operadores como um ritual de passagem. Em espírito jocoso, os calouros ouviam certas expressões que criavam uma imagem mítica dos operadores: “só passam os melhores soldados”, “os operadores são à prova do tempo” (no sentido meteorológico), “o operador é o ‘dono da área’” (porque tudo que acontecesse nas áreas de trabalho seria responsabilidade dos operadores).

Dentre as dificuldades mais importantes dessa fase, lembro do medo de altura que tinha ao subir nos equipamentos para a inspeção de rotina, o sono quase incontrolável que chegava de madrugada, confundindo meu relógio biológico, que fazia o corpo tremer exatamente às 5h, a fome inexplicável, que me fazia devorar todo o lanche oferecido pela empresa, e o que era mais complicado para mim, embora fosse a habilidade mais importante que eu viria a desenvolver: raciocínio rápido para tomada de decisões imediatas e precisas, o que era testado o tempo todo pelos monitores e colegas veteranos. Aos poucos, fui adquirindo essa habilidade e, de certa forma, isso mudou muito minha maneira de pensar e agir no mundo. Outrora estudante de Letras, eu interrompera meus estudos de linguagem e passara a adotar um jeito de agir que privilegiava a racionalidade técnica. Mais do que treinada, sinto que algo mudou em mim e fui (trans)formada para ser operadora. Depois disso, com mais ou menos um ano de treinamento, a carreira realmente começou para mim.

Outro aspecto importante que pairava no ar era a questão de gênero. Éramos apenas 4 mulheres naquele setor, correspondendo a apenas 10% do quadro de funcionários. As dificuldades típicas dessa relação de trabalho e as estratégias para conviver com elas mereceriam outro estudo. Por hora, digo apenas que eram situações bastante dramáticas com as quais tive que lidar, mas que promoveram mudanças significativas no meu modo de pensar e agir e, certamente, no dos demais operadores.

Essas são memórias de trabalho que marcaram minha trajetória profissional. Sem tê-las vivido, talvez menos precisos fossem os dados desta pesquisa, ou, por outro lado, talvez mais fácil fosse elaborar conclusões. Certamente, a abordagem da atividade de trabalho dos operadores dessa indústria petroquímica seria mais superficial, o que não convém a um estudo acadêmico *stricto sensu*.

Agora que já mostrei um pouco da atividade de operador de processamento industrial do ramo petroquímico, de acordo com meu ponto de vista, posso contar como encontrei o problema de pesquisa. A observação contínua dos relatórios escritos por colegas, assim como dos meus próprios, foi se tornando uma prática comum para mim. O que me chamava

atenção nos relatórios era uma espécie de padronização muito evidente, da qual eu também participava. Eram comuns frases como: *Feito um improviso para abrir a válvula* (Operador “B”⁴, 1997, Relatório de serviço⁵), ao invés de *Fiz um improviso para abrir a válvula*, já que o relator era o próprio agente do verbo. Essa prática era – e ainda é, como mostraremos nos excertos do capítulo 3 (item 3.7.4) –, predominante nos relatórios de serviço, e, apesar de eu ter iniciado a escrever meus relatórios na voz ativa, mudei rapidamente para a voz passiva.

Aos poucos, fui me interessando por pesquisar esse *código secreto* dos operadores e saber que forças me impulsionavam a aderir a ele. Em 2002, procurei o Programa de Extensão Universitária da Universidade do Vale do Rio dos Sinos porque soube da existência do curso “Linguagem e Trabalho”, proferido pela Prof^a Dr^a Marlene Teixeira. Fiquei entusiasmada em saber que havia uma aproximação entre as áreas de linguagem e trabalho, revelando uma possibilidade concreta de pesquisa. Ao apresentar-lhe minha inquietação pelo problema, tivemos um feliz encontro de interesses: traçar um caminho para o estudo da subjetividade na atividade de trabalho.

Devido a dificuldades de conciliar o trabalho com a atividade acadêmica⁶, somente em 2007 pude assumir, de fato, o compromisso de uma pesquisa. Foi quando retornei à Unisinos para reencontrar a professora Marlene Teixeira, que então já articulava conhecimentos no campo da *Ergologia*, filosofia que a encantara, pela convergência que promove com as teorias da enunciação, e da qual, conseqüentemente, me tornei entusiasta, ainda que eu não lesse em francês e houvesse pouco material editado em outros idiomas.

A vertente ergológica brotava no *campus* da Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos – pela articulação vibrante da professora Marlene Teixeira, integrante do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, com a professora Maria Clara Bueno Fischer, do Programa de Pós-Graduação em Educação⁷, que coordenava o grupo *Prática de*

⁴ Preservei a letra inicial do nome dos operadores. Preferi esse critério a conceder-lhes um pseudônimo criativo.

⁵ A citação faz parte de anotações pessoais extraídas dos relatórios de serviço entre os anos de 1996 e 1998.

⁶ Embora o horário de turnos de revezamento seja árduo, ele favorece a prática de atividades diversificadas nos horários de folga; a maioria dos operadores cursa ensino superior em diversas áreas. Em 2002, fui transferida para outra atividade no interior da empresa, devido à minha formação em Letras: assessoria de comunicação, para a que cursei jornalismo entre os anos de 2003 e 2006. Com o novo horário de trabalho, das 8h às 17h, só poderia estudar à noite. Por isso, a possibilidade de cursar mestrado em Lingüística Aplicada foi um desejo postergado, que fiz acontecer somente em 2007, devido a negociações para gerenciar minhas dramáticas de usos de si por si.

⁷ Como resultado da articulação entre os programas de pós-graduação em Educação e Lingüística Aplicada, realizou-se, em outubro de 2008, a III Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do Trabalho: Interfaces entre Ergologia, Linguagem e Educação (Capes), com as presenças de Yves Schwartz, (Depto. de Ergologia da Universidade de Provença, grupo APST – Análise Pluridisciplinar de Situações de Trabalho, França) e Deisy Cunha (Grupo NETE, UFMG/MG).

*Pesquisa*⁸, cujos membros liam e debatiam as idéias de Yves Schwartz na aplicação de diversas áreas de conhecimento, dentro do estilo pluridisciplinar que o referencial teórico sugere. Destaque merece a contribuição da professora Dra. Maria da Glória Di Fanti, cujo estágio de doutoramento em Linguística Aplicada pela PUC/SP, realizado no Departamento de Ergologia da Universidade de Provença (França), veio a frutificar entre nós, no Rio Grande do Sul.

Entusiasmadas pelas possibilidades da ergologia, montamos esta dissertação com esse suporte filosófico. Fomos a campo para conhecer o *trabalho vivo* e experimentar o *dispositivo dinâmico a três pólos*. Sabíamos que os operadores eram trabalhadores que colocavam o *corpo-si* em ação na *atividade*, gerenciando *dramáticas de usos de si* a todo momento, mesmo quando escreviam seus relatório na voz passiva.

Afinal, quem são esses operadores dos quais falamos?

1.1 A ATIVIDADE DE OPERADOR DE PROCESSAMENTO PETROQUÍMICO

A atividade de operador de processo petroquímico é extremamente complexa. Iniciou na década de 1950 no Brasil, com o desenvolvimento da indústria petrolífera. Segundo Reis (2005, p. 1), os trabalhadores de processo contínuo têm características importantes que os distinguem dos demais trabalhadores da indústria. Primeiramente, o autor destaca o alto nível de exigências dessa atividade, para a qual a seleção e formação subsequente são rigorosas; depois, a complexidade mental requerida para gerenciar variáveis de processo⁹ instantaneamente, a fim de manter o controle das operações de produção.

Para atender às necessidades de uma planta de produção contínua, com os riscos inerentes às atividades que manipulam combustíveis, o trabalho é realizado de forma ininterrupta, com revezamento das equipes a cada oito horas. As atividades desenvolvidas por operadores são bastante variadas, com dois processos-chave distintos: a) operações de campo: em que os operadores realizam intervenções nos equipamentos (denominadas *manobras*), amostragem de produtos e vistoria nos equipamentos (chamadas *inspeções*

⁸ O grupo Prática de Pesquisa ainda realiza encontros regulares, com participantes das áreas de Psicologia, Sociologia, Ciências Sociais, Educação, Administração, entre outros.

⁹ A palavra “processo” é usada freqüentemente no ramo para designar a atividade de processamento petroquímico.

planejadas); b) operação de painel: na central de controle, os operadores monitoram remotamente os processos através de um sistema distribuído de controle à distância (SDCD), efetuando ajustes sobre as variáveis (pressão, temperatura e vazão) para manter a regularidade operacional e o enquadramento das especificações técnicas dos produtos. Ajustes sutis sobre essas variáveis determinam cifras elevadas no milionário mercado do petróleo e ambas as equipes, operadores de campo e de painel, trabalham com o mesmo foco: produção e segurança dentro dos padrões estabelecidos pelos administradores da unidade produtiva (REIS, 2005, p. 52). Por conta desse rigor, os operadores devem realizar a passagem de serviço de forma minuciosa ao final da jornada de trabalho, de forma que seu sucessor dê continuidade à atividade. Essa rotina é executada de forma escrita, através de relatórios, e de forma oral concomitantemente (chamada “passagem de turno” ou passagem de serviço *homem-a-homem*).

As informações sobre essas operações técnicas da empresa compõem um grande banco de dados internacional, que pode ser consultado a qualquer momento por pessoas devidamente autorizadas, revelando as condições operacionais de qualquer unidade de processamento da companhia. Nessa lógica, existem classes de relatórios sujeitos a uma relação de hierarquia. Esses relatórios são organizados eletronicamente, de forma que as classes hierárquicas superiores possam se abastecer de dados dos relatórios de categorias inferiores. Dessa forma, um grande relatório geral é consolidado diariamente, abastecido pelas informações supridas pelos *coordenadores de turno* de cada unidade de negócio da companhia, em nível estadual; esses coordenadores, para fazerem seus relatórios, utilizam-se de dados dos supervisores de cada unidade produtiva; os supervisores, por sua vez, precisam das informações fornecidas pelos operadores através de seus relatórios de turno, alvos desta pesquisa. Soubemos, por relatos de operadores ligados a este estudo, que todas as classes hierárquicas de relatórios apresentam uso predominante da voz passiva. Não tivemos acesso a esse material, mas podemos pensar que a forte hierarquia de controle dos dados permeia toda a estrutura produtiva dessa companhia.

Para atingir esse nível de prescrição e controle das informações técnicas, a empresa criou um manual explicativo para orientar, de maneira pragmática, o preenchimento dos relatórios (Anexo B). Notamos o apelo à objetividade, como tentativa de preservação dos dados técnicos. Porém, em nenhum momento do longo treinamento, o CFO, os operadores foram orientados sobre o modo de fazer o relatório nem sobre escolhas da voz verbal.

Dada tal complexidade de *corpus* de pesquisa, analisar o ato enunciativo dos operadores apenas olhando seus textos escritos nos relatórios não parecia suficiente. A hipótese inicial era que havia apagamento do sujeito no relatório escrito através do uso da forma apassivada do verbo, mas isso não combinava com a atitude pró-ativa esperada dos operadores para gerenciar as instalações petroquímicas, para o que eles haviam sido treinados e sobre o que eram cobrados a todo tempo.

Estávamos na iminência de convocar outra disciplina para auxiliar nessas questões porque era preciso olhar o *trabalho vivo*¹⁰ e entender as *dramáticas de usos de si*¹¹ que moviam esses trabalhadores para a *atividade*¹² de trabalho e para a atividade de linguagem.

Quais as teorias que poderiam ser trazidas para estudar esse caso?

1.2 AS TEORIAS QUE SE ARTICULAM

A Lingüística da Enunciação¹³, principalmente pelas leituras de Benveniste, oferece um caminho de análise que converge sobremaneira com o dispositivo ergológico. Em ambos os referenciais teóricos, podemos encontrar um estudo que se preocupa com o aspecto singular do ato de um sujeito¹⁴, seja um ato de linguagem – a *enunciação* – seja um ato de trabalho – a *atividade*.

Como primeiro material de investigação, tínhamos os relatórios de passagem de turno, aqueles em que a voz passiva predominava no relato da atividade, mas nosso estudo da voz verbal não seria conduzido por uma vertente formalista, e sim pela perspectiva enunciativa, que considera o ato enunciativo como centralidade teórica. Mas como tomar esse momento efêmero como objeto de ciência, que entendemos ser irrepetível? Kerbrat-Orecchioni (1999, p. 33) propõe dois deslizamentos semânticos do termo *enunciação*.

¹⁰ Conceito que veremos mais adiante, no capítulo 2.

¹¹ *Idem.*

¹² *Idem.*

¹³ Conforme propõem Flores e Teixeira (2005), para definir um campo da lingüística que reúne diversas perspectivas teóricas (Ducrot, Benveniste, Bakhtin, Authier-Revuz, entre outros) que considerem a subjetividade não como elemento acessório, mas como a centralidade de um estudo lingüístico.

¹⁴ O conceito de sujeito que usaremos aqui é aquele estabelecido por Schwartz (2000): entidade enigmática representada pelo corpo-si, ser integral, que abarca os aspectos biológicos, fisiológicos, psíquicos, culturais, sociais, e toda a complexidade constitutiva do ser humano, dentro de uma visão filosófica.

Há, de fato, uma dificuldade em delimitarmos o campo de estudo para possibilitar sua realização, sem, contudo, simplificá-lo a um arquilexema que neutralize a oposição codificação/decodificação: “Ora, se a enunciação for considerada como ato singular, daí decorre logicamente sua impossibilidade de constituir objeto científico. Conforme mostra Torodov¹⁵, ela será o próprio arquétipo do incognoscível (FIORIN, 1996, p. 31).

Assumindo a polissemia do termo *enunciação*, Kerbrat-Orecchini (1999, p. 33) propõe, como primeiro deslizamento semântico, a possibilidade de estudarem-se as marcas deixadas pela enunciação. Pela impossibilidade metodológica de tratar a enunciação, desliza-se para o enunciado.

O segundo deslizamento semântico define *enunciação* como o mecanismo de produção de um texto, o surgimento do *sujeito da enunciação*, a inscrição do falante na sua fala. *L'enonciation sera pour nous l'activité langagière exercée par celui qui parle*¹⁶.

Kerbrat-Orecchini (1999, p. 34) fala de uma *lingüística da enunciação ampliada*, que descreve as relações tecidas entre o enunciado e os diferentes elementos constitutivos do quadro enunciativo e uma *lingüística da enunciação restrita*, que se interessa pela descrição dos parâmetros do quadro enunciativo a partir do ponto de vista do locutor-escritor. A autora se inclui nessa última abordagem, que se apóia na idéia de uma subjetividade *onipresente* (p. 36), depreendida de Benveniste, para dizer que a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes: “É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, ainda poderia funcionar e chamar-se linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 287).

Também queremos situar nosso estudo nesse grupo, para buscar entender o que o uso recorrente da voz passiva diz desse sujeito que fala nessa situação de trabalho na indústria:

Mas, além da pura constatação permitida pela abordagem lingüística – os fatos de língua presentes em um discurso: discurso em “eu”, em “se”, em que domina a voz passiva, saturado de retornos reflexivos, etc. –, nada pode ser dito no que tange ao que isso significa para o sujeito que enuncia, no ato singular do discurso [...] (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.172).

Entendemos que o sujeito da enunciação se marca por sua representação axiológica, situado no tempo e no espaço da articulação verbal. Portanto, o estudo da (re) constituição da subjetividade na atividade dos operadores teria que ser mais complexo. Essa foi a janela que se abriu para que a ergologia iluminasse o olhar do lingüista. Esse encontro teórico-

¹⁵ TORODOV, Tzvetan. **Problèmes de l' énonciation**. Paris: Langages, 1970. p. 3.

¹⁶ ANSCOMBRE: DUCROT, 1976, p.18 apud KERBRAT-ORECCHINI, 1999, p. 34.

metodológico possibilitou que constituíssemos um *corpus* mais complexo, que considerasse o ponto de vista dos operadores sobre aquela marca lingüística. Dizer é dizer-*se*, então seria necessário fazer-lhes escuta e permitir que eles próprios falassem da suas atividades de trabalho e de linguagem para criarmos uma compreensão dos fatos lingüísticos dentro do espírito ergológico de um dispositivo dinâmico a três pólos¹⁷.

Dessa forma, a lingüística aplicada se coloca como possibilidade de estudo das relações mediadas pela linguagem no interior de uma instituição de trabalho industrial, principalmente pelo viés teórico da *enunciação*. Dada sua natureza epistemológica, a lingüística aplicada, exatamente pelo caráter *aplicado*, seguidamente convoca outras disciplinas para explicar os problemas onde a língua exerce um papel central (SOUZA-E-SILVA, 2004, p.189).

Reconhecemos e louvamos as iniciativas pioneiras de lingüistas brasileiros que entenderam genuinamente a necessidade de aproximar os estudos brasileiros dos franceses, com destaque ao grupo LAEL - PUC/SP, liderado pela Dra. Maria Cecília Souza-e-Silva. Sua vanguarda para abrir o campo e “apresentar esse território novo, o da relação linguagem e trabalho, apontando o que ele tem em comum com os estudos enunciativos [...]” (SOUZA-E-SILVA, 2001, p. 132), nos autoriza a trilhar por esse caminho, oferecendo também uma contribuição para os estudos de linguagem e trabalho. Queremos trazer nossa leitura das possibilidades de articulação da teoria da enunciação de Benveniste com a ergologia como alternativa para compor o complexo campo de estudos enunciativos, além do que já se faz com Bakhtin e Maingueneau.

O livro *Trabalho & Ergologia – Conversas sobre a atividade humana*, organizado por Yves Schwartz e Louis Durrive (2007), traduzido por um grupo multidisciplinar de pesquisadores brasileiros que representam a vanguarda desses novos estudos do trabalho, demonstra o diálogo profícuo da ergologia com a lingüística. Destaque seja feito ao capítulo 6, *A linguagem como atividade*, numa entrevista da filósofa Christine Noël ao lingüista Daniel Faïta (com tradução de Maria da Glória Corrêa di Fanti e Maristela França) e o capítulo 5, *A linguagem em trabalho*, em que os próprios organizadores, Louis Durrive e Yves Schwartz, estabelecem um diálogo em forma de entrevista para mostrar o caráter visceral da linguagem dentro da situação de trabalho (na tradução de Décio Rocha e Maria Cecília de Souza-e-Silva).

¹⁷ Conforme será explicado no capítulo 2.

Após a apresentação dos participantes da pesquisa e das pesquisadoras no capítulo 1 (os operadores, a orientadora e eu), o capítulo 2 desta dissertação vai tratar especificamente da ergologia. Seleccionamos três conceitos-chave dessa disciplina: o *corpo-si*, para entender o operador enquanto sujeito enigmático; as *dramáticas de usos de si*, para entender a natureza da atividade como um palco de disputas de normas, e o *dispositivo dinâmico a três pólos*, para costurar as etapas metodológicas e guiar o manejo dos dados.

No capítulo 3, fazemos uma leitura dos pressupostos benvenisteanos para mostrar a complexidade da linguagem humana para além do código lingüístico e encontrar uma teoria da comunicação em Benveniste (DESSONS, 2006, p. 43). Do texto de 1952, *Comunicação animal e a linguagem humana*, trazemos a questão da impossibilidade de tratar-se a linguagem humana como um código de comunicação a serviço de uma mensagem. Na seqüência, vamos tomar uma série de textos de Benveniste (2005) que falam da relação dos verbos com as pessoas verbais, representadas pelos pronomes, para ver como esse marco estruturante da língua comporta um sujeito que está implicado no que diz. São os textos: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946) e *A natureza dos pronomes* (1956), até chegarmos em *Da subjetividade na linguagem* (1958), para mostrar a condição subjetiva pela qual o homem se insere na linguagem, ponto de interesse principal desta pesquisa. *O aparelho formal da enunciação* (1970) completa a argumentação por nos oferecer a possibilidade de abrir todo e qualquer estudo de linguagem para a perspectiva da enunciação:

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Ao final do capítulo, iniciamos a análise da voz passiva analítica nos relatórios dos operadores como índice de subjetividade, acompanhando a tese de D’Ávila (2005).

No capítulo 4, partimos para uma *dimensão metassemântica*, que nos permite trazer à tona a integralidade do potencial de comunicação intersubjetiva dos operadores, com base na técnica de autoconfrontação (VIEIRA, 2004), que chamaremos, nesta pesquisa, de *verbalização sobre a atividade*, momento em que recuperamos aspectos da subjetividade desses trabalhadores na urdidura da trama geral do trabalho¹⁸.

¹⁸ DANIELLOU, Françoise. **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgar Blücher, 2004 apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 103.

2 ATIVIDADE E TRABALHO: UM ENCONTRO À LUZ DA ERGOLOGIA

A ergologia foi nossa lente para olhar, juntamente com a lingüística, a inscrição da subjetividade na linguagem dos operadores da indústria de processamento petroquímico e, a partir dessa opção, todo nosso estudo foi modelado. Ao trazermos esse referencial teórico para a pesquisa, assumimos nossa disposição em (re)pensar os conceitos já cristalizados sobre o trabalho, restituindo sua complexidade a fim de transformá-lo (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 25). Paralelamente, experimentamos o *desconforto intelectual* que a opção ergológica instaura para fazer pensar sobre o que ainda pode ser dito acerca do trabalho. O que cabe a um lingüista dizer sobre a atividade de trabalho?

A pluridisciplinaridade constitutiva do posicionamento ergológico permite o surgimento de um espaço de diálogo que se articula com os estudos da linguagem, mormente com a lingüística aplicada. Dada essa proposição teórica, lançamos a questão: qual a lingüística capaz de dar conta dessa dinâmica de atualização do ato de linguagem? Como resposta, encontramos grande compatibilidade com a lingüística da enunciação¹⁹, que entende o sujeito como um devir, uma possibilidade atualizada pela linguagem.

Consideramos nossa opção pela teoria da enunciação de Benveniste capaz de auxiliar na busca de respostas aos questionamentos sobre o lugar que o sujeito ocupa frente às regularidades das normas, gerindo seus atos de forma singular, mas com engajamento inevitável ao coletivo. Entendemos que foi nesse lugar mais ou menos intermediário entre a lingüística e a ergologia que encontramos os operadores de processamento industrial, sujeitos enigmáticos, singulares em seu agir, subvertendo os códigos que não refletem sua realidade ou a verdade das coisas²⁰, que não refletem, por assim dizer, *sua* realidade mais dramática.

O dizer não recobre o fazer, isto é, há um tanto de não dito sobre a atividade. Mas por que não se pode dizer tudo, se falar é algo natural ao homem? (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.133). Conforme Faïta²¹, a palavra pertence a um domínio social fixado pela tradição social. O lingüista afirma que “dizer não é uma coisa simples”, porque expressar através da linguagem é agir sobre os outros com o uso da palavra, manipulando de

¹⁹ Conforme propõem Flores e Teixeira (2005).

²⁰ FAÏTA apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 174.

²¹ Idem, p. 167.

forma simbólica a realidade. É um investimento particular, embora as palavras pertençam a uma tradição de uso fixado pelo parâmetro social. Trata-se de uma normalização lingüística, a qual o sujeito tem que convocar para realizar sua fala, mas que, naturalmente, a altera e a atualiza com suas estratégias subjetivas particulares. Faïta²² diz que “a cada vez, porém, eu utilizo, eu acrescento, eu recrio [...] em novas condições, um sentido diferente para essas mesmas palavras, esses mesmos enunciados”. Então, se a cada vez recriamos os sentidos das palavras, é correto pensar que essas palavras não são idênticas para todos os indivíduos. Por isso, “comunicar, dialogar, também não é coisa simples”.

A dependência da compreensão do outro torna a comunicação lingüística algo um tanto complicado, como veremos mais adiante na comparação que Benveniste faz entre a comunicação das abelhas e a linguagem humana (capítulo 3, item 3.1).

A eficácia da comunicação humana se dá exatamente pela capacidade de apreciação singular da fala do outro, como afirma Faïta. Na linguagem profissional, que é tema desta pesquisa, há muito mais do que apenas troca de informações entre os colegas. Especialmente em situações de crise, espera-se que “saibam ler, interpretar, observar os indícios”²³, que afetam tal situação, uma vez que estão agindo de forma convergente pela solução de tal situação de trabalho. Isso significa dizer que há investimento subjetivo na atividade de linguagem, por isso parece difícil *falar e comunicar* no trabalho. O interessante nessa questão é saber, como observa Faïta, que alguém que domine formalmente as *virtudes* do discurso científico poderia parecer tolo e não ser nada eficaz na comunicação de certas informações práticas de uma situação de trabalho concreta porque o código, por si somente, é deficiente. Da mesma forma, um trabalhador que não domine a língua culta pode ter excelente desempenho comunicativo porque a comunicação eficaz não depende apenas do cumprimento das regras.

Para além do código, a situação de trabalho desempenha papel fundamental na comunicação na atividade. O código é modelado na situação de trabalho pelas pessoas que o utilizam, quem sabe até de forma subversiva, como questiona Noël²⁴.

Sobre isso, Faïta diz que especialmente em atividade de trabalho regulada e racionalizada como é a atividade industrial, ocorre a coexistência de universos de pensamentos e universos de discursos diferentes, dadas as implicações sociais e produtivas

²² FAÏTA apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 168-169.

²³ Idem, p. 171.

²⁴ NOËL apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 172.

que produzem situações de fato conflituosas. Esse ponto nos interessa particularmente para entender a fraca representação das marcas de subjetividade nos relatórios dos operadores²⁵.

Faïta fala do conflito entre os pólos 1 e 2 na atividade industrial. De um lado, aqueles que criam as normas e esperam que os outros as cumpram, vão “tentar impor esse discurso de verdade aos outros”²⁶. Por outro lado, no pólo 2, aqueles que estão submetidos àquelas estratégias, subvertem os códigos porque eles não refletem a realidade.

Novamente evidenciamos uma falência do *modelo do código* na teoria da informação de Sperber e Wilson²⁷. Chanlat (1996, p. 42) fala da negligência que as organizações, em geral, têm quanto à dimensão particular da comunicação, visto que “o que se sabe, atualmente, sobre linguagem não permite mais que os estudiosos se contentem com o ‘modelo do código’”.

Ao mesmo tempo, acontece um paradoxo em relação a essa situação: a ineficácia das estratégias de comunicação no interior das empresas faz com que a *governança do trabalho* comece a solicitar a palavra do trabalhador. Faïta se pergunta se essa solicitação não seria um “truque” para obtenção de respostas para subsidiar o pólo 1 e alimentar a “caixa-preta” de onde se espera surgir a produção almejada. Afinal, essa liberdade de fala no interior das empresas não é uma coisa natural pelo que conhecemos da história recente do trabalho²⁸.

A administração “científica” do trabalho (*Scientific Management, 1911*), criada pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor no início do século XX, foi um marco na tentativa de generalizar o pensamento sobre a organização do trabalho. Desde então, a lógica da relação *homem-trabalho* foi fortemente marcada como uma equação matemática, uma fórmula para a busca de resultados de produção em função do tempo. O objetivo de Taylor era tentar prever cada gesto, cada pensamento a fim de padronizá-los, de forma que os homens tivessem menos esforço e, por conseguinte, produzissem mais, sem a necessidade (e o *desperdício*) de pensar a respeito do que deveriam executar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 37).

Com anseio pela padronização, a tese taylorista tentou reprimir também o uso da linguagem nos postos de trabalho, sugerindo que os colegas não precisariam falar entre si, uma vez que as únicas informações que necessitavam para a realização de seu trabalho

²⁵ FAÏTA apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 173-174.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ SPERBER; WILSON, 1986 apud CHANLAT, 1996, p. 42.

²⁸ FAÏTA apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 180-181.

seriam fornecidas por seu supervisor direto. A estrutura organizacional e os postos de trabalho foram montados para dar aos gerentes poder suficiente para fazer a administração da produção *in loco*, mais próximo dos trabalhadores, a fim de que a qualidade da produção fosse monitorada continuamente. Nas esteiras de produção, a fala não era autorizada porque saía dos esquemas de controle.

Contudo, sempre houve interação verbal entre os trabalhadores, com o conhecimento velado dos gestores. Os chefes percebiam que essas trocas linguageiras facilitavam as atividades, pois os trabalhadores preferiam, na maioria das vezes, reportarem-se aos colegas para solucionar um problema do que ao seu supervisor hierárquico. A comunicação funcional, como ferramenta de trabalho, começou a ser tolerada (subvertendo a teoria da administração científica de Taylor), passando a assumir gradativamente um papel estratégico, “[...] dominar a linguagem pesa tanto sobre os indivíduos como sobre as equipes” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 134).

Schwartz e Durrive (2007, p. 42) propuseram um questionamento sobre a eficácia do modelo taylorista, visto que, apesar do ideal de produtividade se basear numa lógica científica muito precisa, nunca pôde ser 100% atingido. Sempre houve algo enigmático que escapava ao controle da padronização geral, ao que os autores chamam de “*atividade humana*”.

E por que a atividade humana escapa à padronização? Seria por que não é possível, de fato, cumprir-se 100% do previsto por uma prescrição dentro de uma atividade real? Por que o homem não se conforma ao que foi estabelecido para ele executar?

A *primeira proposição* geral de Schwartz e Durrive (2007), para explicar a impossibilidade de antecipação total de uma situação de trabalho, é que existe uma distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Todo trabalho que foi pensado teoricamente, antecipando a atividade, esbarra na propriedade de singularizar inerente a todo ser humano. Sim, sempre o trabalho prescrito será diferente do trabalho efetivamente realizado e isso é inevitável. Não só é “impossível” como seria “invivível” atuarmos sempre conforme a prescrição estabelecida: é *impossível* porque há singularidades em todos os níveis, até nos mais discretos, até mesmo nos invisíveis no concernente a qualquer ato humano, sendo impossível prever, descrever e antecipar cada detalhe da atividade; e é *invivível* porque essa padronização levaria o homem à patologia.

Essa argumentação foi trazida, inicialmente, pelo médico francês Georges Canguilhem²⁹, cuja tese de doutorado *Ensaio sobre alguns problemas relativos ao normal e ao patológico*, de 1943, estabeleceu novo patamar de pensamento sobre a complexidade humana, por colocar em questionamento as *regularidades*, as normas e o conceito de *normal*. A condição natural do homem é dinâmica e adaptativa. Anormal seria sua estase. Toda tentativa de enquadramento do homem às normas é motivada por demanda social e essa demanda vai entrar em rota de colisão com a natureza particular e dinâmica dos seus indivíduos. O preocupante é que isso não é totalmente declarado e é tratado com falsa naturalidade, enquanto o normal, em si, é a própria variabilidade.

No entanto, pensando bem, a normalização dos meios técnicos da educação, da saúde, do transporte de pessoas e de mercadorias é a expressão de exigências coletivas cujo conjunto define, em determinada sociedade histórica, seu modo de relacionar sua estrutura, ou talvez suas estruturas, com aquilo que ela considera como sendo seu bem particular, mesmo que não haja uma tomada de consciência por parte dos indivíduos (CANGUILHEM, 2002, p. 210).

A **segunda proposição** de Schwartz e Durrive (2007, p. 42) é que essa distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real também é impossível de ser dimensionada. Já vimos que, na tentativa histórica de padronização da atividade de trabalho, a dimensão particular não foi considerada. Essa dimensão suporta um tanto da regularidade da prescrição, mas possui também uma gama de detalhes de ordem da particular de cada um de nós (história, valores, cultura, características morfológicas, fisiológicas, psíquicas, etc.). Conseqüentemente, é nesse espaço imprevisível, nessa distância entre a ilusão da perfeição da norma e a realidade prática de qualquer trabalho que encontramos a atividade real exercida pelo *corpo-si*, entidade enigmática que administra essa distância, que faz a mediação entre as extremidades e instala, em algum ponto desse eixo, a atividade de trabalho. Essa é a **terceira proposição**: “Existe, então, uma racionalidade a ser levada em conta. Isto já indica que *jámais existe uma única racionalidade no trabalho*. Isto é muito, muito importante” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 43) [grifo do autor].

A **quarta proposição** teórica é que existe uma arbitragem de valores no exercício da atividade. As pessoas fazem escolhas baseadas em seus critérios, em seus valores éticos, morais, religiosos, políticos, etc. Isso mostra que há um debate velado no interior da atividade que não é reconhecido, o que, para Yves Schwartz é um grave equívoco porque “se ignorarmos esse debate de valores, não compreendemos o trabalho” (SCHWARTZ;

²⁹ Georges Canguilhem inspirou filósofos como Yves Schwartz, Louis Althusser, Michel Foucault, entre outros.

DURRIVE, 2007, p. 46), assim como afirma Canguilhem (2002, p. 210): “o normal parece ser a consequência de uma escolha e de uma decisão exteriores ao objeto assim qualificado”.

Com base no panorama filosófico da ergologia, um *caldeirão* de idéias, muito denso para ser abarcado em sua totalidade num único estudo, selecionamos em três pressupostos específicos para alicerçar esta pesquisa. Os pontos que nos pareceram mais profícuos para a análise que nos propusemos fazer da voz verbal, empregada por operadores, foram: *o corpo si*, *as dramáticas de usos de si*, e *o dispositivo dinâmico a três pólos*.

2.1 O CORPO SI NUMA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

[...] *isso aqui é só com a mão, ali, pra gente ver, né?*
(operador “E”, passagem de serviço *homem-a-homem*, 16/10/08).

Temos nos referido ao *sujeito* da atividade de trabalho, *sujeito* do verbo, *sujeito* ser humano, como uma mesma entidade. De fato, não pretendemos tecer nenhuma teoria sobre o sujeito *a priori*. Tanto a ergologia como a lingüística da enunciação compreendem um sujeito como ser constituído pelo ato, situado num ponto em na relação a seu exterior, uma subjetividade onipresente no centro de um *drama*. Esse *sujeito* do qual falamos é a representação de um ser complexo formado por corpo, alma, psique, um desejo, uma frustração, um não-dito, etc., e tudo junto, mutuamente imbricado, representando o que Schwartz chama de *corpo-si*, o elemento central da atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 198-199).

Há uma obscuridade que, eu diria, coloca à distância toda a objetivação do sujeito, aquela que o faz passar, no fundo, como um “objeto a ser descrito”. E desse ponto de vista, para mim, isso é o essencial. O essencial é restituir a forma pela qual o sujeito escapa sempre, a seu jeito, de ser objetado – e a atividade, é isso que ela nos diz! (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 199).

Essa obscuridade referida por Schwartz oferece uma possibilidade de pensar o sujeito como ser indecifrável, mas dotado de potencialidades imprevisíveis, muito além da visão pragmática que inspirou a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*³⁰, criado sob a lógica de um sujeito frágil, vítima de um desígnio alheio à sua vontade (BADIOU, 1994, p. 107). Esse *homem de bem* precisaria ser protegido do *homem do mal*, que seria punido em nome de um *bem comum*. São estatutos de um mundo idealizado, aos quais poderíamos

³⁰ Adotada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

aderir porque são mesmo simpáticos à nossa ilusão de paz e felicidade, ou, por outro lado, dos quais podemos desconfiar, porque a simplificação e estagnação que promovem em torno do *sujeito* nos deixam sem respostas para as situações mais complexas da vida, nas quais os dogmas ou as *verdades* não se sustentam, como é o caso das situações de trabalho.

É por isso que a restauração da complexidade do trabalho deve passar primeiramente pelo reconhecimento do sujeito como um devir, uma possibilidade de sujeito, que se (re) constitui constantemente através do laço com outros sujeitos, também singulares. Nosso entendimento de sujeito é a aceitação da existência de um *corpo-si*, (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.199), que embora não possa ser explicado totalmente porque sempre terá algo dele (e de nós) que escapa a essa explicação, podemos, ao menos, considerá-lo como uma referência para o estudo.

[...] jamais ninguém poderá encerrá-lo em uma moldura, por mais sedutora que ela seja. E é necessário permanentemente lutar para restituir sua dimensão proativa ou criadora, mesmo no infinitamente pequeno do sujeito [...] (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.200).

Por essa característica subjetiva, o *corpo-si* encontra na atividade de trabalho uma possibilidade de engajamento através do agir situado. Entretanto, a forma como o trabalho mercantil foi padronizado, especialmente pelo modelo taylorista, pouco favorece ao trabalhador a experiência saudável da atividade enquanto possibilidade de realização através do coletivo.

Pudemos testemunhar várias dimensões desse *corpo-si* na atividade dos operadores. Vimos que o próprio corpo, inclusive, é muito mais demandado do que poderia parecer. Queremos apresentar, a seguir, algumas situações de trabalho que demonstram grande engajamento do *corpo-si* na atividade. No excerto abaixo, o operador “E” está iniciando seu plantão. Percebemos, nesta transcrição de passagem de serviço *homem-a-homem*, o corpo humano em contato direto com uma máquina: Aqui “*TB-5002: atentar para temperatura do mancal LOA³¹*“, *isso aqui é só com a mão ali pra ver, né?* (Operador “E”, passagem de serviço *homem-a-homem*, 16/10/07).

Os operadores costumam utilizar sua percepção sensorial para monitorar os equipamentos. O corpo é convocado como uma ferramenta muito confiável para zelar pela continuidade operacional. As mãos tocam em equipamentos perigosos, alguns muito sujos, que contêm hidrocarbonetos pressurizados, a fim de sentir sua temperatura e perceber a

³¹ LOA, na abreviação dos operadores e equipes de manutenção, quer dizer “mancal do lado oposto ao acoplamento”, uma parte da referida turbina que estava sendo observada quanto ao aquecimento anormal.

vibração; os ouvidos são sensores para identificar ruídos, que podem significar anormalidades nas máquinas; um faro aguçado pode prevenir grandes vazamentos por antecipar odores suspeitos. O contraditório é que, dentro do nível da prescrição, essas partes do corpo, ouvidos, olhos, cabeça, mãos e pés são “protegidos” por normas rigorosas, definidas por legislação trabalhista específica. Existe obrigatoriedade de uso dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual: óculos de proteção, *plugs* auriculares, botina, capacete e luvas de couro. A NR-6 (Anexo C), Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, disciplina o uso desses dispositivos e responsabiliza a empresa pelo não cumprimento ou uso indevido dos mesmos. É uma norma protecionista que preconiza o que é *bom* para os operadores frente à exposição ao risco promovido pela atividade. A empresa, por sua vez, cumpre a norma repassando a exigência aos trabalhadores que estão sob sua responsabilidade. Essa formalidade, que obriga o uso dos equipamentos de proteção, pode, por outro lado, se voltar contra os próprios trabalhadores que, eventualmente, por razões demandadas pelo corpo-si, não usarem os EPIs. Dentro da política de gestão de segurança da empresa observada neste estudo, há um alerta: “o cumprimento desses princípios é condição de empregabilidade”³², quer dizer o empregado pode ser demitido se não cumprir a norma, se não usar o EPI para proteger-se.

O extraordinário e paradoxal é que, ainda assim, os operadores colocam seus corpos como instrumentos para monitorar os equipamentos, mesmo que com isso infrinjam uma norma explícita.

Na verbalização sobre a atividade, conversei com os operadores sobre a situação de monitorar a turbina com as mãos. Perguntei à operadora “V” se era comum tocarem nos equipamentos e se eles não deveriam estar usando luvas de proteção. Ela disse que usavam a luva quando era necessário, mas tiravam quando achavam que não havia risco, e que era muito comum essa intervenção física com alguns equipamentos os quais eles sabiam que não ofereciam risco de queimadura: “*É mais confiável com a mão [...] porque não deveria estar quente a ponto de eu não poder tocar*” (Operadora “V”, verbalização sobre a atividade, 27/12/08). Ela disse, também, que com as mãos era possível ter mais *feeling* sobre a temperatura dos equipamentos.

³² Conforme os princípios de segurança, meio ambiente e saúde da empresa, dentro de um sistema de gestão que integra qualidade, segurança, meio ambiente e saúde, numa única visão de negócio.

Vários operadores se referiram ao *feeling* que têm para controlar o processo. Esse *feeling* diz respeito aos ajustes sutis que eles precisam fazer sobre os equipamentos, mas para os quais não existe treinamento nem prescrição específica. O operador “P” conta que, certa vez, um colega foi solicitado a aliviar³³ uma válvula para fazer escoar mais quantidade de gás para um compressor. Para executar esse simples procedimento, a decisão de abrir mais ou menos a válvula depende das forças de convocação e reconvocação que o operador experimenta no ato de abrir a válvula: que produto escoar por aquela tubulação? Qual a temperatura? Sob qual pressão o gás está fluindo? Qual o comportamento termodinâmico esperado daquela intervenção sobre o processo? É possível acompanhar a resposta da ação através da leitura dos equipamentos de campo? O que o operador do painel pediu para fazer? Por que ele pediu para aliviar a vazão? Houve o entendimento adequado do que o painel havia solicitado? Ele estava usando os EPIs adequados? Já era hora da troca do turno? Como ele deveria narrar essa atividade para o próximo operador em seu relatório? E se começasse a chover? O operador que executou essa tarefa “simples” tinha pouca experiência, conforme contou “P”, e abriu a válvula de forma rápida (querendo ser eficaz?). Isso causou fluxo excessivo de gás, que fez parar o compressor abruptamente, causando parada geral daquela unidade, com implicações de segurança e demanda de trabalho extra para todos os operadores.

Os operadores disseram que o *feeling* é adquirido com o tempo, pela história de aprendizado na atividade. O operador novato não tinha o mesmo *feeling* que o veterano, talvez nunca venha a ter, inclusive, apesar de trabalharem juntos, sob as mesmas condições, com as mesmas prescrições. Esse *feeling* é algo do nível subjetivo que compõe corpo-si na atividade de trabalho.

Já estamos diante de situações que representam as *dramáticas de usos de si*, uso de si por si e uso de si pelos outros, em que o corpo-si é disputado no coração da atividade.

³³ Na linguagem dos operadores, aliviar é abrir suavemente determinada válvula até que a variável de processo, geralmente o nível de algum equipamento, seja estabilizada.

2.2 AS DRAMÁTICAS DE USOS DE SI DE OPERADORES NA ATIVIDADE PETROQUÍMICA

A gente até tinha esquecido que era Natal
(operador “P”, verbalização sobre a atividade, 25/12/08).

O meio de trabalho é um palco de múltiplos dramas. Schwartz (2000) formula o conceito de *dramáticas de usos de si* para restabelecer a dimensão complexa da atividade. Na medida que, a seguir, apresentamos os pressupostos ergológicos sobre as *dramáticas de usos de si*, recorremos a exemplos do trabalho vivo dos operadores dessa indústria para melhor ilustrar a concepção ergológica.

Da herança taylorista que recebemos, e sobre a qual pouca crítica temos condição de fazer, tão dogmática que foi a teoria da administração científica do trabalho, somos levados a pensar que *trabalho* seja uma submissão natural a procedimentos, regras, ordens, e todo um aparato de instruções para execução de uma tarefa³⁴. Mas esse assujeitamento teórico nunca foi real: sempre existiu um investimento pessoal na tarefa, representado pelo corpo-si, do qual falamos anteriormente. Pensava-se, e ainda se pensa, lamentavelmente, em trabalho como uma entidade mecânica e objetiva, do qual se julga poder subtrair toda a subjetividade para *funcionar adequadamente*. Entretanto, as normas que se supunham reger esse trabalho idealizado, não são capazes de dar conta do trabalho vivo.

A isso, Schwartz e Durrive (2007, p. 192) chamam de infidelidade. É uma dupla infidelidade porque, de fato, de um lado, a norma não é capaz de dar conta de 100% da prescrição porque não se pode prever tudo e, por outro lado, o homem executa suas atividades de forma diferente da norma, altera os procedimentos, regula esses vazios deixados, *renormaliza*. E a vida segue assim dentro das fábricas, escritórios, escolas etc.

Há uma dupla cumplicidade que alimenta um esquema dramático, mas que regula problemas da ordem do *impossível* (a prescrição prever tudo) e do *invivível* (trabalhar de forma padronizada o tempo todo), como vimos na primeira proposição de Schwartz. A singularidade intervém inevitavelmente, porque essa é a condição do homem no mundo, exercendo a gestão entre os universos geral e particular: “[...] o ‘corpo-si’, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um ‘sujeito’ delimitado, definido, mas uma entidade enigmática

³⁴ DUC apud SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 191.

que resiste às tentativas de ser objetivado” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 198). A singularidade é inerente à atividade de trabalho (TEIXEIRA, 2008, p. 2).

Se tomarmos a conversa com os operadores durante a verbalização, veremos que eles têm noção muito clara dessa necessidade de renormalização permanente. Os *operadores de painel*, aqueles que monitoram o processo, têm, de certa forma, precedência sobre os demais operadores porque eles podem promover intervenções sobre as variáveis com base nas informações que dispõem. Por conta disso, eles criam prescrições para os colegas que ficam na área industrial, longe do centro de controle, os *operadores de campo*. Através de rádios intercomunicadores, eles freqüentemente pedem aos colegas da área operacional que executem alguma tarefa específica. Entretanto, ao invés de apenas executarem, os operadores de campo não deixam de questionar o porquê daquela ação.

Tudo o que o painel pede, a gente avalia; eu tô aqui com as máquinas, só ouço o barulho, mas ele tem as informações (operador “L”, verbalização sobre a atividade, 25/12/08).

Essa reação dos operadores de campo às prescrições dos “paineleiros”³⁵ são comuns e aceitas como natural e não geram problemas de relacionamento ou mal-entendidos. O operador “L” contou que já ocorreram casos de os operadores da área rebaterem a prescrição recebida pelo painel e criarem, por sua vez, prescrições para o painel executar, com base nas informações de campo que eles tinham. Ele se confessou um “subversivo”, que interfere nas “ordens” do painel. Mas fez questão de contar que, nesses casos, ele não gosta de usar o rádio intercomunicador (que todos ouvem simultaneamente) para não causar constrangimentos ao paineleiro, como uma conduta ética sua. Porém, sempre que discorda, negocia a melhor forma de controlar aquela situação de trabalho. Para todos os fins, fica valendo, em caráter de cumplicidade, a idéia de que é o “painel que manda”. Notadamente, aquela leve superioridade hierárquica que os operadores de painel possam ter, não impede a gestão compartilhada da atividade. Isso se dá, muito provavelmente, porque todos os operadores tiveram a mesma base de treinamento e podem tomar decisões mais ou menos autônomas em suas áreas de trabalho. Afinal eles não são os “donos da área” (conforme citado no capítulo 1, item 1.1)?

³⁵ Apelido daqueles que operam o painel de controle das unidades operacionais.

Vemos *dramáticas de usos de si, usos de si por si e usos de si pelo outro* bastante evidentes na atividade de operação de processamento petroquímico. Interessa mais a esta pesquisa encontrar as *dramáticas de usos de si por si*, quando o corpo-si mostra-se engajado, ativo, pois é nesse momento percebemos a singularidade intervindo na atividade de trabalho.

2.3 DISPOSITIVO DINÂMICO A TRÊS PÓLOS: UMA CONVOCAÇÃO PARA ENTENDER O TRABALHO VIVO

Na proposta ergológica, o estudo do trabalho presume um exercício cujo objetivo seja a troca de saberes entre os campos teórico e prático a fim de se (re)pensar os paradigmas históricos que estão sendo construídos dentro dessa relação (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 265). Aceitar a atividade como perspectiva dinâmica é dizer que também é necessário aceitar as dialéticas típicas que estão instaladas na atividade, ou seja, as *dramáticas de usos de si*. Não há conforto na opção ergológica porque essa construção filosófica se dispõe a equacionar, através de um *dispositivo dinâmico a três pólos*, os saberes já cristalizados (*pólo I*), tidos como formais, com os saberes investidos pelo corpo-si (*pólo II*). Essa dimensão cooperativa não ocorre sem a mediação de um observador terceiro. O pesquisador, assumindo esse papel, numa postura ergológica, deve gerenciar o *pólo III*, que é imaterial, pois consiste na orientação filosófica necessária para colocar em situação de diálogo os outros dois pólos. Por isso mesmo, o terceiro pólo é a dimensão onde se dá a articulação ética e epistemológica, capaz de modificar o trabalho.

Para Schwartz (2000), este pólo se articula sobre a própria existência filosófica da humanidade, estruturada pela habilidade dos indivíduos de ver o outro como seu semelhante. Essa prática requer não métodos específicos, mas indivíduos dotados de disposição dialética. Sem este terceiro pólo, não existe o dispositivo, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade dos dois outros e o beneficiário da confrontação entre eles. O pólo III

[...] é o suporte, plataforma onde os dois podem trabalhar juntos. Sem ele, precisaria encontrar outra coisa para pensar as relações. Não tem uma forma, é uma “filosofia militante”, sem ponto definido. Sem esse terceiro pólo, não há chance que os outros dois se estabeleçam (SCHWARTZ, 2000, p. 718-9).

O dispositivo dinâmico a três pólos é, simultaneamente, uma proposta filosófica e uma possibilidade metodológica que permite agregar toda gama de saberes, dos formalmente organizados aos oriundos da dimensão do agir do trabalhador, com todas as forças de convocação e reconvocação³⁶, sua experiência, sua história de vida, os valores individuais e culturais que emergem quando ele realiza a atividade. Enfim, o dispositivo permite reunir amplos saberes numa pluridisciplinaridade, de acordo com cada situação.

A questão que se coloca é: como colocar em diálogo os pólos I e II, se tradicionalmente, pela herança do trabalho mercantil, eles se comportam como opostos? Para fazer existir o dispositivo dinâmico a três pólos, o pólo III precisa mediar uma situação difícil que necessita o estabelecimento de patamares ético-metodológicos rigorosos. Esse pólo imaterial necessita, quem sabe, um aporte teórico que sustente tal articulação. Propomos o conceito de *exotopia* de Mikhail Bakhtin (2003), para subsidiar a construção o pólo III, como um motor de acionamento filosófico do dispositivo.

2.4 A EXOTOPIA COMO SUPORTE PARA O DISPOSITIVO DINÂMICO A TRÊS PÓLOS

A compreensão da noção bakhtiniana de exotopia requer que se pense no que ocorre quando dois seres se posicionam frente a frente. Bakhtin (2003, p. 21) mostra que existe um excedente de visão de um ser em relação ao outro, gerado pela singularidade e insubstituíbilidade de cada ser no mundo. A forma espacial do personagem³⁷ não permite que cada qual se veja completamente. “[...] o que vejo do outro é justamente o que só o outro vê quando se trata de mim”.

Se tomarmos dois seres, A e B, o horizonte concreto efetivamente vivenciável de A em relação a B lhe permite uma amplitude de visão muito maior do que B conseguiria ter de si mesmo e vice-versa.

³⁶ “Forças de convocação” são os saberes disciplinares que o trabalhador convoca para execução da atividade; as “forças de reconvocação” testam esses conhecimentos formais, colocando-os em confrontação com os saberes oriundos da experiência para a tomada de decisões que vão desaguar na atividade (SCHWARTZ, 2000).

³⁷ Bakhtin formula o conceito para falar da relação autor-personagem (em algumas traduções autor-herói) em Estética da criação verbal, mas essa relação pode ser estendida para uma abrangência filosófica mais ampla. É o que nos interessa nesta pesquisa, em relação ao dispositivo dinâmico a três pólos.

Bakhtin (2003, p. 21) diz que “[...] quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem”. A partir dessa constatação concreta, Bakhtin nos guia por analogias para a conclusão que toda criação é, na verdade, um processo de autoria em que o autor dá acabamento à obra devido ao excedente de visão que tem sobre ela.

O excedente de visão é o broto em que repousa a forma e de onde ela desabrocha como uma flor. Mas para que esse broto efetivamente desabroche na flor da forma concludente, urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois, de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento (BAKHTIN, 2003, p. 23).

A exotopia é esse lugar fora de mim, que me permite visitar o lugar do outro e contemplar seu horizonte a partir de seu ponto de vista, sem perder a consciência de mim mesmo. Esse ir e vir me permite completar o outro por dar-lhe acabamento no que lhe falta. É um movimento do interior para o exterior e de volta ao interior, carregando o excedente de visão que vai se depositar sobre a obra:

A posição exotópica, equivalente a ‘estar num lugar fora’, é um ‘fora’ relativo, uma posição de fronteira, posição móvel, que não transcende o mundo, mas o vê de uma certa distância a fim de transfigurá-lo na construção arquitetônica da obra, estética ou não (SOBRAL, 2005, p. 109).

É importante que, a essas alturas, nos perguntemos sobre os efeitos desse excedente de visão, já que o conceito de exotopia abarca não só personagens e criações artísticas, mas também pessoas, e como podemos tomá-lo como pressuposto para o agir ergológico. Para Bakhtin (2003, p. 23), esse excedente condiciona certa esfera de ativismo³⁸ exclusivo, pois mobiliza ações que são inacessíveis para o outro devido ao lugar que ocupa. “[...] tais ações completam o outro justamente naqueles elementos em que ele não pode completar-se”.

Trazendo o conceito para o campo da pesquisa, em geral, o fato é que o pesquisador marca seu lugar devido à posição que ocupa frente ao objeto e aos participantes. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 22): “A contemplação estética e o ato ético não podem abstrair a singularidade concreta do lugar que o sujeito desse ato e da contemplação artística ocupa na existência”. O pesquisador não é neutro frente à pesquisa; antes disso, sua posição é marcada com todo seu traço singular. A estabilidade científica é uma utopia, especialmente

³⁸ Ativismo, conforme nota de tradução de Paulo Bezerra do original russo *aktivnost*, representa participação ativa em alguma coisa, identifica o sujeito detentor da iniciativa da ação.

em ciências humanas, porque o movimento do objeto observado é uma variável, além do objeto em si, como também é variável de pesquisa o ato de observá-lo – autor e personagem têm um comportamento contextual, situado no tempo e no espaço daquela interação. Essa dinâmica, a nosso ver, é compatível com o *dispositivo dinâmico a três pólos*, especialmente em relação ao pólo III.

Toda metodologia em ciências humanas que utilize pesquisa de campo com pessoas não pode prescindir de considerar o caráter dialógico presente em todo ato humano. Nesse ponto, em especial, entendemos que o estudo da exotopia pode contribuir para a prática ergológica porque reivindica equilíbrio entre as partes constituintes da relação de criação do conhecimento. Contudo, é importante que se reconheça uma assimetria nessa relação - o pesquisador sempre tem mais informações sobre a pesquisa do que o próprio pesquisado. O equilíbrio entre esses pólos deve ser buscado constantemente, pois existe um excedente de visão no pesquisador, formado por sua problemática, suas teorias e seu conhecimento epistemológico, que tendem a predominar num estudo científico, se não for incorporado como fundamento do agir ergológico desde o início da pesquisa. Seria como querer fazer prevalecer o *pólo I* em detrimento do conhecimento adquirido no *pólo II*. Com o aporte da exotopia, preparamos o caminho para o exercício do dispositivo dinâmico a três pólos, especialmente no que tange ao agir do pesquisador no *pólo III*. Mais do que disciplinar eticamente a conduta e manejo dos dados, pensamos que o dispositivo dinâmico a três pólos possa abrir novas possibilidades de interpretação da situação de trabalho, como diz Jean (2005, p. 15):

Devemos certamente considerar esses dispositivos como meios que possibilitam produzir conhecimento válido sobre o trabalho, que possibilitam resolver todos os tipos de problemas que encontramos nas situações de trabalho, que vão da melhoria das condições de trabalho, da qual falamos bastante, até a questão da melhoria da performance da empresa. Mas podemos também, se exploráramos esta lógica à exaustão, considerá-los como dispositivos criadores de democracia, criadores de redução de relações de dominação, como dispositivos produtores, no final das contas, de relações de cooperação, de solidariedade e de fraternidade humana.

3 LINGUAGEM E INTERSUBJETIVIDADE: O CORPO-SI NUM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

A atividade de trabalho está vinculada indissociavelmente à atividade de linguagem. Dito dessa forma, o consenso é imediato, pois toda a organização social humana é mediada pela linguagem. Então, onde está a novidade?

Em nossa pesquisa, trouxemos a lingüística e a ergologia para dialogarem e chegarem num ponto de intersecção que interessa às duas: o *sujeito*, ou o *corpo-si*. Problematizamos o conceito de trabalho para entender que a *atividade* é um ato particular de um sujeito que gerencia *dramáticas de usos de si* a todo instante. Agora, queremos trazer os estudos de linguagem para este mesmo nível de complexidade através da lingüística da enunciação, que entende a comunicação intersubjetiva também como o lugar de um agir singular de sujeitos que têm que gerenciar a língua (a norma) em função de uma situação enunciativo-discursiva (a renormalização) com seu coletivo. Dessa forma, a comunicação é um processo sempre diferente e atualizado.

Nossa pesquisa se coloca entre os estudos ergológicos e os estudos lingüísticos, num ponto que encontra um sujeito em atividade, constituído no laço do trabalho e na relação com seus colegas. Por isso, não deve causar estranheza o olhar híbrido, que decorre do aporte teórico pluridisciplinar que ambas as disciplinas convocam.

Vamos apresentar, a seguir, uma seqüência argumentativa para localizar a instância subjetiva de onde falam esses sujeitos enigmáticos, operadores de processamento industrial, operadores de linguagem.

3.1 DO “IMPOSSÍVEL” NA COMUNICAÇÃO HUMANA: HOMENS NÃO SÃO ABELHAS

O ser humano é o único ser vivo capaz de estabelecer comunicação lingüística. Tanto nos estudos naturalistas e evolucionistas, e mais ainda na teoria criacionista, o *homo sapiens* é o ser superior entre todas as espécies da Terra. Superior em quê, afinal? Parece que nossa habilidade organizativa e capacidade de simbolizar são fatores realmente superiores. Mas a

organização em comunidades complexas não é exclusividade nossa. Alguns insetos, queremos destacar as abelhas, são extraordinários nesse desafio de organizarem-se em sociedade. A organização das colméias provavelmente só seja possível pela capacidade que as abelhas têm de se comunicarem de maneira extremamente eficaz. Eficaz em que sentido?

Num estudo sobre a comunicação das abelhas, o zoólogo Karl Von Frisch apresentou, em 1923, a decodificação das mensagens das abelhas. A pesquisa foi extraordinária porque revelou algo inédito e surpreendente, de que já se desconfiava: alguns animais podem se comunicar. Benveniste (2005, p. 60) utiliza os dados dessa pesquisa para comparar a comunicação das abelhas com a comunicação humana: esses dois tipos de comunicação são radicalmente diferentes porque as abelhas se comunicam por signos unívocos e os humanos, com a linguagem verbal, indissociável da dimensão alteritária, não se deixando apreender por uma simples operação de deciframento.

Frisch demonstrou que o comportamento comunicativo desses insetos tem como objetivo prioritário localizar o alimento (néctar). Cada abelha é especializada em uma função comunicacional, de forma que nunca haja erro. A abelha operária colhedora, assim que acha um alimento, deve voltar à colméia, e “contar” às demais para que um grande número de abelhas possa colher néctar também. Assim que chega, a colhedora é rodeada por abelhas que se posicionam de maneira receptiva, colocando as antenas na sua direção. Ela executa uma espécie de dança que é “o momento essencial do processo e o próprio ato da comunicação” (BENVENISTE, 2005, p. 61). Esse código é formado por dois movimentos distintos: o mais simples é uma dança em círculos, que significa que o néctar está localizado num raio inferior a cem metros da colméia. Ao receberem essa mensagem simples, as abelhas saem voando aleatoriamente para achar o alimento próximo. Se estiver localizado mais longe, a dança é outra: a operária colhedora executa uma espécie de dança do ventre, cujos movimentos foram decodificados por Frisch no experimento que consagrou seu estudo sobre a comunicação animal. Para criar a mensagem, as únicas variáveis com as quais as abelhas têm que lidar são combinações de:

Orientação geográfica	Intervalo de execução dos ciclos (fixo)	Quantidade de ciclos em “8” executados pela coletora	Distância mínima do ponto de coleta (“onde está o néctar”)
Norte	15 seg.	9	100m
Sul	15 seg.	7	200m
Leste	15 seg.	4,5	1000m
Oeste	15 seg.	2	6000m

Para informar a distância, através de movimentos com o ventre, essa abelha orienta seu corpo em relação ao eixo da terra na hora de executar a dança de forma a indicar a direção do alimento, ou seja, para onde as demais abelhas devem voar. Então, uma abelha colhedora utiliza um código, por exemplo: 7 ciclos executados num intervalo de 15 segundos com o ventre voltado para o norte. Isso significa *inequivocamente* às abelhas receptoras: “busquem o néctar a uma distância de 200m ao norte.” Assim que ela termina de enviar a mensagem, as abelhas saem em busca do néctar e o localizam com exatidão. Não existe outra possibilidade para elas senão saírem voando na direção indicada. Elas sempre acham seu néctar, depois voltam para despejá-lo na colméia. Entretanto, porque as abelhas não têm capacidade de reproduzir uma mensagem que não tenham visto elas próprias, elas não podem contar umas para as outras onde é o local; elas precisam experimentar o fato em si, precisam do estímulo primário do contato com o néctar para reconhecer que ele existe.

A diferença mais radical entre a comunicação das abelhas e a comunicação humana é a perfeita adesão ao código que esses pequenos animais demonstram. Abelhas não questionam, não teorizam, não atualizam a informação recebida com sua experiência, com sua história de vida, sua cultura, suas emoções, seu desejo. *Essa transmissão do código fechado é inequívoca porque as abelhas não conhecem o diálogo.* Sua comunicação se refere apenas a um dado *objetivo*; não há, entre elas, comunicação relativa a um dado lingüístico.

Sobre o código lingüístico, vejamos algumas questões que tornam a linguagem humana subjetiva, coisa muito típica nossa, que nos diferencia dos animais.

3.2 AS PESSOAS EM DISCURSO

O verbo se submete à pessoa. De toda espécie de palavra, o verbo é a única que indica a categoria de pessoa (BENVENISTE, 2005, p. 247). A pessoa que executa o ato, representado pelo verbo, inevitavelmente se marca no próprio verbo, deixando ali sua *credencial* de pessoa.

Tomemos a categoria dos pronomes como representação da pessoa verbal. Benveniste (2005, p. 248) ultrapassou a classificação tradicional dos pronomes ao dizer que as três pessoas do verbo (*Eu, Tu, Ele*) não são explicadas de maneira satisfatória pelos estudos tradicionais. Segundo ele, a categoria foi classificada de forma “sumária e não-lingüística”, e

essa conceituação precisa ser restabelecida porque não permite demonstrar a posição que cada pessoa ocupa em relação às demais, apenas as distingue por um critério lexical.

A problemática que se coloca é que tais pessoas não têm a mesma estatura no interior do discurso. As três formas *Eu*, *Tu*, *Ele* não são homogêneas:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo eu, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo com o predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 251).

Ele é aquele do qual, do que se fala (“aquele que está ausente”, conforme os gramáticos árabes). Dessa forma, temos, na verdade, apenas duas pessoas verbais, *Eu* e *Tu*, com potencialidade para reverterem entre si esses papéis: aquele que *Eu* considera *Tu*, na seqüência será um *Eu* também, assim que tomar a fala, revertendo para *Tu* aquele que outrora fora *Eu*. Isso não é possível de acontecer com *Ele*, que está sempre fora do ato do discurso, sendo “questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’” (BENVENISTE, 2005, p. 250). Outro detalhe que revela a natureza impessoal desse pronome é que *Eles* é a forma plural para *Ele*, mas *Nós* não é plural de *Eu*. *Nós* pode ser *Eu+Tu*, *Eu+Ele*, *Eu+Eles*, reservando-se sempre a condição de *Eu*, que é presença incontestada no enunciado que diz “Nós”. “Só a terceira pessoa, sendo não-pessoa, admite um verdadeiro ‘plural’”, conclui Benveniste (2005, p. 256).

Excluindo *Ele* da categoria de pessoa dos verbos, analisemos a dupla *Eu/Tu*. Um postulado fundador da teoria da enunciação em Benveniste (2005, p. 255) é a necessidade de existência de uma pessoa *não-eu* para que haja a saída do *Eu* do interior do enunciado para o que é exterior ao enunciado, representado pelo *Tu*. Esse é o primeiro movimento para deflagrar o ato enunciativo, nessa correlação de subjetividade em que o *Eu* antecipa o *Tu*.

Poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas “pessoas” se oporão juntas à forma de “não pessoa” (= “ele”) (BENVENISTE, 2005, p. 255).

Assim, existe uma estrutura nas relações de pessoa no verbo construída com base em duas correlações que estão sempre presentes, *pessoalidade*³⁹ (as pessoas *Eu/Tu* se opõem à não-pessoa *Ele*) e *subjetividade* (*Eu/Tu* se opõe entre si na categoria de pessoa, revertendo a condição protagonista de *Eu*) (BENVENISTE, 2005 p. 258-259).

3.3 OS PRONOMES E A CONDIÇÃO DE PESSOA

Qual a natureza dos pronomes? Seriam todos pertencentes a uma mesma classe estável de palavras? Os pronomes pessoais e os pronomes demonstrativos remetem a um mesmo conceito, podendo ser classificados juntos? Benveniste (2005, p. 277) considera os pronomes como um “fato” de linguagem, pois eles remetem a duas instâncias: uma lingüística (da sintaxe da língua: *Ele*, a não-pessoa), outra, do discurso (no ato único de realização da língua, quando ela é atualizada por um locutor: *Eu*, pessoa).

Eu não é estável, sempre poderá ser uma pessoa diferente. Será aquela que tomar a palavra para enunciar-se como sujeito. *Eu* não é diferente das outras palavras apenas em questões morfológicas ou sintáticas; *Eu* é único porque se inclui no discurso que enuncia, juntamente com os signos que emprega. *Eu* é e está no momento em que se enuncia no discurso. *Eu* é sempre locutor e é somente na instância do discurso que pode ser identificado.

Por sua dupla natureza, *Eu* tem o duplo papel de *referente*, enquanto indivíduo que enuncia o discurso, e de *referido* através da instância lingüística *Eu*.

No ato locutório, *Eu* faz alocação a *Tu*, que está simetricamente na mesma condição dupla: é alocutado por *Eu*, e também é a forma referida *Tu*. Essa referência organiza uma série de indicadores lingüísticos de classes diferentes, como advérbios e pronomes (demonstrativos). Como entender *aqui*, senão em relação a quem fala? Benveniste considera essencial a relação entre o indicador (de tempo, lugar, pessoa) e o *presente*, que é a instância do discurso. Dessa forma, *Eu* é uma forma vazia lingüisticamente, não referencial, que pode ser *habitada* por cada locutor, tornando-se exclusivo e único, no momento em que cada um se propõe alternadamente como sujeito. Benveniste considera essa solução lingüística versátil (p. 280), pois se cada pessoa tivesse um conjunto particular de signos para expressar o seu

³⁹ Em Problemas de Lingüística Geral I, a tradução oferecida é “personalidade”, porém, preferimos *pessoalidade*, por adesão ao consenso de estudiosos de Benveniste, entre os quais Dr. Valdir Flores e Dra. Marlene Teixeira.

discurso, a comunicação seria impossível. O sujeito atualiza a língua quando se propõe como *Eu* usando todo o código lingüístico. A partir desse ato, toda a linguagem se organiza, convocada pelo sujeito na *instância do discurso*.

A dita terceira pessoa (*Ele*) não pode realizar tal façanha porque não pode remeter a si própria. É uma instância em que funciona uma lógica de *não importa quem, não importa o que*, porque essa não-pessoa é apenas uma referência objetiva no discurso de outrem. Por exemplo: *Pedro* está doente pode ser igual a *Ele* está doente. Essa é a diferença fundamental que tem de *Eu/Tu*.

Ficam, então, reconhecidas duas distinções na linguagem: como sistema de signos, com múltiplas combinações e como realidade manifestada nas instâncias do discurso (com índices particulares). Entretanto, apenas *Eu* tem a propriedade de manifestar-se em discurso pela fala, e “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por uma ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Esse ato singular de realizar um enunciado inaugura a atividade de linguagem, e isso é o que interessa à teoria de Benveniste porque essa mobilização aleatória da língua pelo sujeito é a matriz produtora de sentidos.

A condição necessária para a enunciação é a existência de um locutor que vai acionar o aparelho formal da língua, apropriando-se dele por índices específicos, assim que assumir a posição do *Eu* enunciator. “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua.” (1989, p. 83). Ao assumir a língua na instância do discurso, o locutor implanta diante de si um *outro*, o *Tu*, por uma necessidade de referenciar esse discurso para fora de si. Esse outro, também um *Eu* a seu tempo, vai co-referir de acordo com a reversibilidade típica do processo enunciativo-discursivo. Essa condição intersubjetiva é fundamental, qualquer que seja o grau de presença que o outro alocutado tiver em relação ao *Eu*. Esse aspecto nos interessa muito para o desenvolvimento da análise dos relatórios de serviço dos operadores, como veremos no capítulo 4.

Por enquanto, é importante lembrar que, para Benveniste (1989, p. 84), a presença fundadora do locutor em sua enunciação faz com que toda e qualquer instância do discurso constitua um centro de referência interno do qual emanam todas as formas específicas, cuja função é “colocar o locutor em relação constante e necessária com a enunciação”.

Em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, Benveniste promove alteração na sua teoria, admitindo que tanto os signos “plenos” (cuja significação se dá na sintaxe da

língua) como os signos “vazios” (cuja significação se realiza no discurso) estão submetidos à enunciação (D’ÁVILA, 2005, p. 14)⁴⁰.

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca freqüente, talvez necessária, a da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 1989, p. 90).

Em suma, antes de 1970, tem-se a impressão de que Benveniste institui uma dicotomia entre o que é da ordem da língua (não-pessoa) e do que é da ordem do discurso (pessoa), colocando o que se refere à não-pessoa na esfera objetiva e a que se refere à pessoa, na esfera subjetiva. No entanto, em *O aparelho formal da enunciação*, o lingüista francês promove uma ruptura, esboçando um outro modelo de enunciação, em que a não-pessoa (o referente) passa a integrar o mundo da enunciação. Sendo assim, a língua toda se encontra submetida à enunciação a cada vez que se “precipita em discurso”⁴¹.

3.4 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM E A COMUNICAÇÃO HUMANA

O que vem a ser a linguagem para Benveniste? Bem além das análises ortodoxas, o autor estabelece que a linguagem é a própria condição da subjetivação do homem, sendo na linguagem e pela linguagem que ele se constitui como sujeito. Da linguagem, passa-se à observação do sujeito que constrói sua realidade e elabora o conceito de “ego”.

A linguagem está intimamente ligada ao homem, arraigada à sua própria essência constitutiva. Nunca o homem foi visto separado da linguagem. Os homens se representam no mundo através da fala, falando com outros homens, e a linguagem falando dos próprios homens (BENVENISTE, 2005, p. 285).

A subjetividade na linguagem, sua característica intrínseca, é que possibilita ao homem a consciência de si mesmo e sua relação com o mundo. Esse fenômeno é tão absoluto que Benveniste se indispõe contra a existência de uma língua que não expresse a pessoa do discurso. Para ele, isso é inconcebível. Os termos *Eu* e *Tu* representam pessoas envolvidas em seus discursos e não apenas pronomes. Eles não remetem a um conceito que dê conta de

⁴⁰ Citamos D’Ávila, mas essa interpretação encontra-se em outros leitores de Benveniste, tais como Flores (1999), Flores e Teixeira (2005), Lichtenberg (2001), Teixeira (2004).

⁴¹ A expressão é de Dufour (2000).

explicá-los razoavelmente. *Eu/Tu* se renovam a cada instante, em cada manifestação de fala, afetados pela renovação do instante, do momento efêmero onde ocorre a enunciação. O autor postula que os pronomes pessoais são os pontos de apoio para a revelação da subjetividade da linguagem (p.288) e apresenta os dêiticos como organizadores das relações espaciais e temporais na situação enunciativa. O *eu-aqui-agora* ancora o discurso do *Eu* enunciador.

O *presente* é o espaço da enunciação, onde *Eu* se manifesta como locutor. É o momento da apropriação da língua, da representação da realidade. Benveniste observa a relação entre subjetividade e a questão da temporalidade. Os tempos verbais definidos pelos estudos normativos não são mais do que referências de passado e futuro em relação a um presente, que é o momento único da ação. A fala só pode existir no momento presente. Todo o restante é relato ou projeção de uma ação. Fica claro que a temporalidade é mais uma marca da subjetividade da linguagem.

Então, como tratar a gramática sem considerar a enunciação como o grande paradigma lingüístico? Vamos pensar nos verbos tomando o processo de significação concernente ao emprego dos verbos, Benveniste (2005, p. 292) demonstra que não existe uma permanência de sentidos em todos os usos de verbo. Vejamos o exemplo:

- a) Eu como – tu comes – ele come
- b) Eu sofro – tu sofres – ele sofre

Em “a”, o emprego do presente do verbo *comer* não parece apresentar nenhuma diferença de sentido entre as formas conjugadas. O ato de comer, no tempo presente, aqui e agora, pode ser observável por todos os personagens da ação.

Contudo, em “b” não é possível qualificar o sofrimento das três pessoas igualmente. Posso experimentar o significado pleno de *Eu sofro* apenas. Para cada pessoa de fala há atitudes, cognições, elementos de valor diferente, os quais lhes são particulares. Esse que fala exerce, a cada ato enunciativo, ressignificações que somente a ele podem remeter. Então, a máxima significação possível só pode ocorrer dentro de *Eu*.

Benveniste abre uma possibilidade para fundamentação de uma gramática da enunciação que dê conta de todas as coordenadas que definem o sujeito dentro da instância do discurso. Interessa-nos olhar a voz verbal, especialmente a voz passiva analítica, sob a teoria da enunciação para entendermos o sentido do dizer dos verbos para os operadores dessa da indústria petroquímica. A questão da voz verbal será tratada mais adiante. Antes, dedicamo-nos a mostrar a abertura dos estudos benvenisteanos para o diálogo com o social.

Entendemos a comunicação humana como lugar de realização da intersubjetividade, quando eu só posso ser *Eu* quando reverter a posição com o *Tu*. Para Ono (2007), é pela noção de intersubjetividade que a teoria benvenistiana se abre para o social, conforme a seguir.

3.5 A ABERTURA PARA O SOCIAL EM BENVENISTE

A teoria de Benveniste, via de regra, é tida como avessa ao social. As referências que a ela são feitas, encerram-na no âmbito da descrição intralingüística, que, embora faça avançar os estudos lingüísticos por acolher a subjetividade em seu escopo, peca por trabalhar com uma concepção idealista dessa noção.

Esta dissertação vai em outra direção, apoiando-se em novas leituras do texto benvenistiano que ampliam consideravelmente seu alcance. Faz-se necessário indicar alguns dos proponentes dessas leituras e onde eles encontram, no próprio Benveniste, elementos para sustentá-las.

Flores (1999) foi um dos primeiros a chamar a atenção para aspectos muito sutis encontrados no texto do lingüista francês, que, se encontrarem escuta livre de ecos já cristalizados a seu respeito, descortinarão um campo bastante produtivo de reflexões sobre a linguagem.

Contrapondo-se à interpretação corrente de que o sujeito em Benveniste se resume à certeza de sua consciência, repetidas vezes afirmada por diferentes estudiosos do discurso, Flores (1999, p. 190) argumenta que a subjetividade, no sistema benvenistiano de pensamento, é dependente da inversibilidade que assegura a intersubjetividade, “sem a qual não faz sentido falar de categoria de pessoa”. No interior da correlação de pessoalidade, pela qual *Eu/Tu* se opõem a *Ele*, encontra-se a de subjetividade, que distingue *Eu* de *Tu* pela transcendência. Segundo Flores, talvez a carga semântica da palavra transcendência possa sugerir que, em algum momento, o *Tu* se ache privado de língua, estando sua inclusão no discurso na dependência de *Ele*. No entanto, prossegue o autor, a própria idéia de inversibilidade desloca a questão para o campo da temporalidade.

A subjetividade, nesse nível, pode ser interpretada como uma experiência onde o locutor se apresenta, enquanto o tempo do diálogo permitir, como sujeito de seu discurso por oposição ao TU, privado temporariamente dessa experienciação (FLORES, 1999, p. 198).

De acordo com essa interpretação, em Benveniste, a intersubjetividade precede a subjetividade, ou seja, a relação mútua entre *Eu/Tu* é anterior e, por essa razão, instaura a temporalidade enunciativa. Como bem afirma Flores (1999, p. 199), “para que *Eu/Tu* se instaurem subjetivamente há a necessidade de que sejam intersubjetivos”.

Essa leitura de Flores é corroborada, anos depois, por Ono (2007, p. 163), para quem a intersubjetividade funda a subjetividade na linguagem. Segundo a autora, é pela noção de intersubjetividade que a teoria de Benveniste se abre para o social. Ela insiste sobre a dimensão social da subjetividade no pensamento do lingüista francês, lembrando que, no artigo de 1958, ele destaca que a subjetividade não se define

[...] pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência (BENVENISTE, 1989, p. 286).

A autora complementa dizendo que essa subjetividade é como um reflexo da sociedade, do coletivo a que cada um pertence: “Eis uma ‘intersubjetividade’ que existe não somente entre parceiros de um diálogo, mas entre todos os homens” (ONO, 2007, p. 172).

Desde que coloca a enunciação como um ato, Benveniste concebe o sujeito em uma rede de relações interpessoais e sociais.

A constituição do sujeito está profundamente ligada à subjetividade coletiva, de modo que cada homem afirma sua individualidade pelo fato de ser membro do coletivo (ONO, 2007, p. 173).

Em Colóquio realizado sobre a obra de Benveniste, cujos trabalhos encontram-se na edição de dezembro de 2004 da Revista Letras de Hoje (PUC/RS), Flores chama a atenção para a amplitude da obra de Benveniste, que se interessa: a) pelos diferentes enfoques da língua em seus aspectos gerais, enunciativos, comparatistas, entre outros; b) pelas estruturas lingüísticas – sintáticas, fonológicas, morfológicas; c) pela língua em relação com a antropologia, a cultura, a psicanálise, a filosofia, etc. (FLORES, 2004, p. 217).

Nesse texto, Flores (2004, p. 223) defende que há um “fazer interdisciplinar” no pensamento de Benveniste, pois ele produz em “um terreno limítrofe” que lhe permite falar com diferentes campos do saber.

Esse direcionamento de Benveniste (1989, p. 67) para além do intralingüístico está exemplarmente indicado no final de *Semiologia da língua*, texto de 1969, publicado em *Problemas de Lingüística Geral II* (1989). Após explicar os dois domínios da língua – o semiótico e o semântico – Benveniste (1989, p. 67) evoca a “ultrapassagem” da noção de signo e indica o meio: a) pela análise intralingüística, que contempla a dupla significância da linguagem (semiótica e semântica) e b) pela análise translingüística dos textos e das obras⁴², pela elaboração de uma *metassemântica*, a ser construída sobre a semântica da enunciação.

A análise translingüística – realizada no âmbito da metassemântica – é sugerida por Benveniste (1989, p. 67) como uma das vias para “ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua”. Se a semântica é definida como *intralingüística*, a metassemântica é qualificada como *translingüística*.

Como Saussure faz com a semiologia, Benveniste não descreve esse novo domínio, apenas indicando seu direito à existência. Como compreender a metassemântica? No momento atual, estudiosos da enunciação têm investido na tentativa de decifrar esse enigma deixado por Benveniste.

Ono (2007, p. 134) afirma que, sendo dado que a metassemântica é baseada na “semântica da enunciação”, pode-se inferir daí que a enunciação é não somente uma interface entre semiótica e semântica, mas que ela ultrapassa o limite da lingüística propriamente dita para se dirigir à translingüística. Não se poderia ver nessa expressão a vontade do autor de aplicar a noção de enunciação a domínios mais vastos, que tendem para o sujeito que age na sociedade?, pergunta-se a autora. Para ela, essa indicação de Benveniste é a chave de abertura de sua teoria na direção de dimensões que *organizam* o discurso. Essa abertura não é unidimensional; ela interessa também a áreas como antropologia, mitologia, narratologia e mesmo teoria literária e psicologia.

Entre os estudos desenvolvidos no sul do Brasil, a dissertação de mestrado de Barros (2008) é uma das pioneiras no sentido de tentar desvendar a questão da metassemântica. Para a autora, interpretar a noção de metassemântica requer uma definição sobre o que Benveniste (1989, p. 67) denomina de semiologia de “segunda geração”. Barros destaca que, ao reler Saussure, Benveniste trabalha com fenômenos de linguagem que não foram considerados pela

⁴² Benveniste menciona textos e obras. Porém, não devemos entender textos e obras como somente obras literárias: objetos de linguagem, textos e obras podem ser compreendidos como atividades significantes dos homens em interação social (ONO, 2007).

tradição como estritamente lingüísticos – sujeito, cultura e sociedade –, que constituiriam essa semiologia enunciativa considerada de segunda geração. O sujeito encontra-se já contemplado na semântica da enunciação, enquanto os elementos da cultura e da sociedade podem ser considerados como portas de acesso a um estudo metassemântico.

A análise intralingüística apresenta-se como um estudo da língua a partir de uma perspectiva semântica, que inclui a subjetividade, isto é, o sentido promovido pelo sujeito pelo agenciamento de palavras na frase.

Em relação à translingüística, o autor aponta para a possibilidade de olhar para textos e obras, o que, na visão de Barros (2008, p. 63), “sinaliza uma investigação de conjunto da enunciação”. Se, no dizer de Benveniste, o sentido da frase é diferente do sentido das palavras que a compõem, o sentido de um discurso igualmente não se constitui somente pelo sentido dos enunciados que o compõem.

Considerada a língua como sistema de signos (Saussure) e como sistema de enunciação (Benveniste) que integra dois modos de significância, o semiótico e o semântico, reconhecida a enunciação como uso da língua, Barros (2008, p. 64) propõe que “se pense a enunciação, do ponto de vista da metassemântica, também como um sistema de atos enunciativos instanciados em cenas”. Em sua perspectiva, uma análise metassemântica inclui o exame não apenas do ato enunciativo, visto como ato singular que, pelo funcionamento da intersubjetividade, produz referência, mas, também, como do sistema enunciativo visto como uma macroestrutura. Em síntese, cada cena é considerada como uma instância do ato enunciativo (que instaura os índices de *pessoa, tempo e espaço*), conformando uma microestrutura, que, em uma rede enunciativa, forma uma macroestrutura. A base semiológica da metassemântica implica trazer a relação *língua e sociedade* e o caráter antropológico que marca a visão de língua e linguagem na teoria de Benveniste.

Considerando que o estudo do objeto desta pesquisa conduz ao exame da singularidade no exercício do trabalho, propomo-nos a buscar as marcas de subjetividade nos diferentes *corpora* para demonstrar diferentes cenas enunciativas do mesmo sujeito, falando sobre a mesma situação de trabalho, porém, dirigindo-se cada vez a diferentes interlocutores.

3.6 SUJEITO, LINGUAGEM E SOCIEDADE

A relação entre sujeito, linguagem e sociedade está expressa em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*. Nesse texto, Benveniste (1989, p. 93-104) afirma que a língua é a emanção irreduzível do *Eu* mais profundo de cada indivíduo e, ao mesmo tempo, uma realidade supraindividual e coextensiva a toda a coletividade. Ela fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala e fornece o instrumento lingüístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso. Esse instrumento lingüístico é dado por índices especiais que são constantes nas línguas: a oposição do *Eu* ao *Tu* e a oposição do sistema *Eu/Tu* a *Ele*. A primeira oposição diz da estrutura da alocação pessoal que é exclusivamente inter-humana. A segunda efetua a operação de referência e fundamenta a possibilidade de o discurso falar de alguma coisa, do mundo, do que não é a alocação. Benveniste vê aí o fundamento sobre o qual repousa o que ele chama de *duplo sistema relacional da língua*.

O lingüista destaca, assim, uma nova configuração da língua: a inclusão do falante em seu discurso, que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação.

Segundo Dessons (2006, p. 54), declarando que a língua é a “emanção irreduzível do *Eu* mais profundo de cada indivíduo e ao mesmo tempo uma realidade supraindividual e coextensiva a toda a coletividade”. Benveniste (1989, p. 101) acentua a impossibilidade de reduzir o estudo do “sentido” lingüístico à designação. A “coincidência entre a língua como realidade objetivável, supraindividual, e a produção individual do falar” torna a questão da significação do discurso indissociável da noção de *apropriação*. Assim, cada indivíduo, “cada classe social se apropria dos termos gerais, atribui a eles referências específicas e os adapta assim à própria esfera de interesse e freqüentemente os constitui com base em derivação nova. Por sua vez, esses termos, carregados de valores novos, entram na língua comum na qual introduzem diferenciações lexicais” (BENVENISTE, 1989, p. 102).

Para Benveniste (1989), a língua pode ser encarada no interior da sociedade:

- como um sistema produtivo (ela cria objetos lingüísticos que são introduzidos no circuito de comunicação);
- como um sistema de valores;
- como troca (troca paradigmática).

Para Dessoins (2006, p. 50), a formulação “língua e sociedade não se concebem uma sem a outra”, implica o caráter específico da linguagem humana, que se realiza através de uma língua, com toda a dimensão enunciativa que lhe é exclusivamente ligada. Há, assim, relacionada à natureza da língua, uma condição social específica do humano: ela torna indissociável o devir do indivíduo e da coletividade.

Seguimos nesta linha exploratória da teoria de Benveniste (1989, p. 90), que diz que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação [...], amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso a partir do quadro formal esboçado até aqui” para abordar a voz passiva sob a perspectiva enunciativa.

3.7 A VOZ PASSIVA COMO ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE

Passamos, agora, a olhar a voz passiva, especialmente a voz passiva analítica (canônica) como índice de subjetividade. Veremos, também, como esse índice aparece nas falas dos operadores, tomando inicialmente os textos escritos dos relatórios, e, mais adiante, as formas orais manifestadas na passagem de serviço *homem-a-homem* e nos comentários sobre o dito na verbalização sobre a atividade.

3.7.1 Voz Verbal

A voz verbal é tradicionalmente definida como uma categoria gramatical associada ao verbo e a seu auxiliar. Indica a relação gramatical entre o verbo, o sujeito ou o agente e o objeto (DUBOIS et. al., 1973, p. 615). Trata-se de uma categoria que vem sendo alvo de atenção de estudos sob diferentes enfoques, desde os realizados pelas chamadas gramáticas tradicionais, passando pelos que evidenciam a língua como sistema de signos que devem ser reconhecidos, até aqueles que já apontam para uma perspectiva discursiva.

Nerci D'Ávila (2005), em sua tese de doutorado⁴³, apresenta um panorama desses estudos, para melhor dar a ver sua posição sobre essa categoria verbal, fundamentada na teoria da enunciação de Benveniste. Tanto quanto pudemos observar, não são facilmente encontradas abordagens desse fato de língua sob tal perspectiva. Em vista disso, partimos das reflexões desenvolvidas pela autora para situar nosso ponto de vista a respeito do tema.

Inicialmente, recuperamos brevemente o caminho que D'Ávila trilha antes de introduzir sua tese sobre a voz verbal. A seguir, expomos, em linhas gerais, essa tese. Finalmente, deter-nos-emos à voz passiva, particularmente, a analítica, cuja ocorrência é bastante significativa nos relatórios escritos de passagem de plantão que motivaram esta pesquisa. Ao longo do percurso, procuramos indicar alguns deslocamentos, em relação ao que a autora propõe, que realizamos para melhor atender aos objetivos deste estudo.

As gramáticas tradicionais⁴⁴, via de regra, referem-se a três vozes: a *voz ativa*, apresentação fundamental, ou primária, da forma do verbo, em que o sujeito é o agente de uma ação que se exerce sobre o objeto (Pedro chamou Maria); a *voz passiva*, em que o verbo assume uma forma específica para indicar a passividade em oposição à voz ativa (Maria foi chamada por Pedro); a *voz reflexiva*, que integra o sujeito ativo no processo que dele parte, de modo que o sintagma nominal (SN) sujeito e o SN objeto dizem respeito à mesma pessoa ou à mesma coisa (Pedro lava Pedro = Pedro lava-se, se Pedro-sujeito for idêntico a Pedro-objeto direto)⁴⁵.

A questão da voz verbal tem sido também focalizada por estudos realizados a partir da influência da ciência lingüística. Entre esses, alguns estão organizados em gramáticas de diferentes orientações (estruturalista, gerativista e funcionalista)⁴⁶. Em todos eles, encontra-se a concepção de língua como conjunto de regras, sem vinculação com o sujeito enunciador.

⁴³ Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado em Estudos da Linguagem - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dra. Elsa Maria Nitsche Ortiz.

⁴⁴ O termo “tradicional” aqui é utilizado para qualificar a gramática que descreve apenas o modelo tido como norma culta.

⁴⁵ O que apresentamos aqui é uma visão bastante simplificada da abordagem tradicional das vozes verbais. De fato, mesmo entre os gramáticos tradicionais, a questão é tratada de modo mais complexo. Em sua tese de doutorado, D'Ávila (2005) percorre várias gramáticas consideradas tradicionais e encontra diferentes critérios para classificar as vozes: o da forma, o da significação e o do processo verbal em relação a um sujeito. Além disso, pontua algumas divergências entre tais gramáticas no que diz respeito à conceituação de voz ativa e ao fato de ela comportar, ou não, passividade. Consideramos que um estudo detalhado das particularidades dessas gramáticas extrapolaria os propósitos desta dissertação. Para tanto, remetemos a D'Ávila (2005).

⁴⁶ A autora discute o tratamento dado ao tema na gramática lógico-formal de Mira Mateus et al., na gerativa de Mário Perini e na funcionalista de Maria Helena de Moura Neves, incluindo também estudos apresentados na obra *Estrutura Morfo-Sintática do Português*, de José Rebouças Macambira, de cunho estruturalista.

Tais descrições da voz verbal, portanto, restringem-se à sintaxe das formas, estabelecida *a priori*.

Estudos recentes sobre o tema, como os de Moino (1989)⁴⁷, Duarte (1990)⁴⁸, Cunha (1994)⁴⁹ e Camacho (2002)⁵⁰, que não se acham catalogados em gramáticas, apresentam, na opinião de D'Ávila (2005, p. 79-80), dados interessantes referentes à voz verbal, por reconhecerem a importância de uma instância *discursiva* motivadora do uso de uma determinada forma. Recuperamos abaixo um resumo do que esses autores colocam:

- a) ligações estreitas entre a forma que o sistema gramatical de uma língua assume e os propósitos a que serve (isto é, a forma está ligada a um propósito);
- b) a inexistência de fatores puramente sintáticos condicionado a ocorrência de uma forma passiva no texto;
- c) a possibilidade de significação passiva numa morfologia ativa ou a existência de mais de uma expressão sintática para executar a mesma função, bem como a possibilidade de a voz impessoal (voz passiva sintética) constituir uma espécie de voz ativa impessoal indeterminadora (um mesmo sentido poderia ser expresso por diferentes formas);
- d) diversidade de valores semântico-oracionais e pragmático-discursivos, codificados na sintaxe por diferentes tipos de configurações estruturais;
- e) marcas da inexistência de um sujeito gramatical, manifestas na ausência de concordância verbal;
- f) a possibilidade de qualquer verbo – e não apenas os transitivos – que possa ter um pronome referencial nula na posição de sujeito (possuindo o traço [+hum]), fazer parte de uma construção com *se* indeterminador (que, embora não contemple o enfoque enunciativo, propriamente, pelo menos amplia a perspectiva de análise do enunciado);
- g) a existência, entre as línguas naturais, de mais de uma expressão sintática para executar a mesma função comunicativa;

⁴⁷ MOINO, Ruth Elisabeth Lopes. Passivas nos discursos oral e escrito. In: TARALLO, Fernando. **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1989.

⁴⁸ DUARTE, Yara. As passivas do português e do inglês: uma análise funcional. **D.E.L.T.A.**, v. 6, n. 2, 1990, p. 139-167.

⁴⁹ CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Motivações discursivas para o uso das passivas. **D.E.L.T.A.**, v. 10, n. 1, 1994, p. 21-27.

⁵⁰ CAMACHO, Roberto Gomes. Construções de voz. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Ângela C.S. (orgs.). **Gramática do Português Falado**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2002. p. 227-309. (Novos estudos descritivos; v. 8).

- h) o fator crucial que representam as condições discursivas na seleção das construções com o pronome *se*;
- i) os tipos de construção de voz constituem diferentes formas de expressão que se acham à disposição do usuário para o exercício de diferentes funções semânticas e pragmáticas.

A partir da teoria de Benveniste, D'Ávila (2005) propõe que *a voz verbal é dêitica*, ou seja, é categoria de discurso que resulta do sujeito que enuncia. Desse modo, seu sentido não se submete, totalmente, ao critério de uma forma estabelecida *a priori*, mas resulta de uma sintaxe que se manifesta na enunciação.

Não é preocupação da autora estabelecer critérios de classificação, mas analisar as vozes em face de uma instância enunciativa, portanto, como um sistema que possibilita a expressão da subjetividade. As vozes verbais, então, são vistas, em sua abordagem, como estratégias do locutor para a expressão de uma idéia.

Isso não significa desconsiderar que as vozes verbais tenham conceito na língua. Na interpretação de D'Ávila, Benveniste, buscando dar conta da significação, concebe a existência de duas sintaxes: a da língua e a da enunciação, ambas inter-relacionadas:

As vozes verbais têm conceito na língua. O nível semiótico prevê a significação de voz ativa, de voz passiva e de voz reflexiva (média ou medial). Mas quando se passa a enfocar a língua em uso, esses conceitos, embora mantidos em sua generalidade, atualizam-se em cada enunciação, no dizer do sujeito, que é sempre singular, de forma que não se pode definir, *a priori* uma sintaxe para a expressão dessas vozes (D'ÁVILA, 2005, p. 148).

É em relação ao locutor, em cada situação de discurso, que se pode descrever esse fenômeno lingüístico do ponto de vista enunciativo.

A sintaxe da enunciação – sentido – manifesta-se na sintaxe da língua, que, por sua vez, oferece formas adequadas para essa manifestação, ou seja, para a expressão de uma determinada idéia pretendida pelo locutor (D'ÁVILA, 2005, p. 151).

Partindo do pressuposto de que cada ato enunciativo é único, não é possível decidir se determinado verbo é ativo, passivo ou reflexivo, a não ser na instância de discurso. A autora defende, então, que “a categoria de voz está submetida a um agenciamento do sujeito e, portanto, não se encontra prevista no léxico ou na sintaxe da língua” (D'ÁVILA, 2005, p. 193).

A partir de um *corpus* constituído, predominantemente, de textos de jornais e revistas de variados gêneros, além de textos orais, extraídos de programa e de comerciais de TV, bem como de conversas informais, D'Ávila realiza uma análise das vozes verbais que ultrapassa o nível semiótico, inscrito no sistema da língua (que é da ordem do repetível), para alcançar o nível semântico, domínio da língua em funcionamento (que é da ordem do irrepitível), em que interfere a subjetividade/intersubjetividade. Conclui que “os traços [+ativo] ou [-ativo] da categoria de voz não são dados *a priori*, por sua estrutura formal, mas pelo sentido que ela assume na língua em uso” (D'ÁVILA, 2005, p. 191).

O estudo de D'Ávila fica no âmbito do que Benveniste (1989, p. 67) chama de análise intralingüística. Sua abordagem associa a sintaxe, enquanto mecanismo gramatical, manifesta nas relações mórfico-sintáticas estabelecidas entre os elementos frasais (sujeito, verbo e complementos), ou seja, numa forma adequada à expressão de uma determinada idéia; e a sintaxe produzida pelo locutor, “decorrente da escolha e do agenciamento das palavras, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”. O interesse da autora é descrever a categoria de voz verbal a partir da abertura para “uma nova dimensão de significância”, que Benveniste (1989, p. 67) chama de *semântica*, distinguindo-a da dimensão semiótica ligada ao signo. Trata-se de um estudo voltado para um dado fato de língua, circunscrito à semântica da enunciação.

A proposta desta dissertação encontra-se situada na metassemântica, dimensão apenas anunciada por Benveniste no final do texto *Semiologia da língua*, e que entendo como uma possibilidade aberta para que se ultrapasse a descrição do fato lingüístico em si para chegar à relação sujeito, cultura e sociedade. Buscamos, pois, desenvolver uma análise translingüística, que, embora construída sobre a semântica da enunciação, pretende tratar do discurso situado, isto é, levado a efeito na atividade de trabalho de operadores dessa indústria.

Como já dito, o que motivou o estudo realizado nesta pesquisa foi a ocorrência significativa de formas passivas analíticas nos relatórios escritos de passagem de plantão de operadores. Por esse motivo, passamos a focalizar mais detalhadamente essa modalidade de voz verbal, considerada como forma passiva canônica.

3.7.2 A Voz Passiva Analítica

Grande parte dos estudos sobre a voz verbal consideram que o verbo está na voz passiva quando o fato por ele expresso é sofrido pelo sujeito: a) *Pedro foi atacado pelo cão*; b) *Não se encontram pessoas nessa casa*.

A maior parte dos gramáticos distingue duas formas de voz passiva: a analítica, exemplificada em a) e a sintética, exemplificada em b). A passiva analítica é formada com os verbos *ser*, *estar*, *ficar*, seguido de particípio: *A casa foi alugada*. A passiva sintética (ou pronominal) é formada com verbo acompanhado do pronome oblíquo *se*, chamado de *apassivador*: *Aluga-se a casa*.

Câmara Jr. (1984, p. 188) define a voz passiva como uma utilização dos verbos transitivos em que se inverte a formulação corrente chamada de voz ativa. É, assim, uma transformação da voz ativa, em que se torna sujeito o que, na voz ativa, é complemento objetivo (ou objeto). Seja a frase transitiva: *O vento rompeu o galho*, a passiva correspondente é: *O galho foi rompido pelo vento*. O agente da passiva pode sofrer apagamento: *O galho foi rompido*.

Câmara Jr. (1984) também destaca duas construções passivas em português: a) a passiva propriamente dita, também chamada analítica, constituída pelo verbo *ser*, em qualquer de seus tempos verbais, e um particípio passado: *Um relógio foi perdido*. b) a médio-passiva, também chamada sintética, constituída por verbo na terceira pessoa da forma ativa e pelo pronome *se* na função de *apassivador*: *Perdeu-se um relógio*.

Maria Mateus et al. (1989, p. 222) distinguem, em português, as *construções passivas de ser* e as *construções passivas de se*. As *passivas de ser* caracterizam-se pela ocorrência de uma forma flexionada de *ser*, seguida de uma forma participial de um verbo transitivo. No caso da *passiva de se*, a transformação passiva decorre da presença do clítico e não de um processo morfológico derivacional. Nesse tipo de construção, predomina a ação verbal reportada ao paciente pelo pronome *apassivador se*, sendo a apresentação do agente completamente eliminada. Isso confere à *passiva de se* uma intenção diversa da *passiva de ser*, em que o paciente aparece como sujeito e é possível introduzir a representação do agente como um complemento do predicado (cf. *O vaso foi quebrado pela criança*).

Maria Mateus et al. (1989) afirmam ainda a possibilidade de considerar a *passiva de ser* como “uma estratégia de supressão ou ocultação do agente”. D’Ávila (2005, p. 61) considera que essa forma de conceber a voz passiva analítica, embora inscrita numa perspectiva lógico-formal, promove uma abertura na direção da perspectiva enunciativa, pois leva em conta o *papel do enunciador*.

Benveniste refere-se poucas vezes à voz verbal. Uma dessas referências está em *Ativo e médio no verbo*, texto de 1950, a respeito do indo-europeu, em que as vozes são analisadas a partir da concepção saussuriana de signo, como uma rede de relações e de oposições com outros signos (BENVENISTE, 2005, p. 183). O critério sintático é utilizado por ele para classificar as vozes. Embora restrito ao âmbito do signo, o autor, no final do texto, indica a necessidade de ultrapassar a descrição morfossintática das diferenças formais para fundamentar a explicação dessa categoria lingüística.

Em texto de 1965 (*Estrutura das relações de auxiliaridade*), Benveniste (1989, p. 190) fala da voz passiva. Caracteriza-a como “ação sofrida”, comentando que o estudo da natureza desse “vasto assunto” escapa a seu propósito. O foco desse texto é, de fato, a estrutura das relações de auxiliaridade, que, segundo o lingüista, não podem faltar à forma passiva.

A tese de D’Ávila (2005) demonstra que, apesar de não contemplar propriamente a questão do sujeito que enuncia em suas referências sobre a voz verbal, essa categoria está entre as muitas outras noções lingüísticas que, conforme Benveniste (2005, p. 293) indica, no final de *Da subjetividade na linguagem*, aparecem sob “uma luz diferente” se estabelecidas no quadro da “língua assumida pelo homem que fala, e sob a condição da intersubjetividade, única que torna possível a comunicação humana”.

Em *A natureza dos pronomes*, de 1956, já há uma indicação nesse sentido, quando Benveniste (2005, p. 281) afirma que todas as variações do paradigma verbal – aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. – decorrem da atualização e da dependência em face da instância de discurso.

Para desenvolver sua proposta, D’Ávila (2005) percorre vários textos de Benveniste, recortando os conceitos de: a) pessoa, não-pessoa, subjetividade, intersubjetividade e sui-referencialidade; b) expressão da temporalidade, com ênfase na idéia de solidariedade da forma verbal com a instância enunciativa; c) forma e sentido na linguagem: signo, palavra e frase; d) dupla interpretância da língua e reconhecimento, no texto de 1970, de que a língua toda está submetida à enunciação.

Além disso, desenvolve o tema da sintaxe em Benveniste, a partir de Portine⁵¹ e Lazard⁵², e trata do conceito de significação na teoria enunciativa do autor, apoiando-se em Normand⁵³.

A partir desses subsídios, expõe sua interpretação do tema sob a perspectiva enunciativa, afirmando que os sentidos das vozes não dependem integralmente da forma do verbo e somente se definem na língua em funcionamento:

É a disposição das palavras na cadeia sintática, resultado de uma opção⁵⁴ do locutor para a expressão de uma determinada idéia, que determina os traços [+ ativo] ou [- ativo] das formas verbais e, conseqüentemente, o seu sentido (D'ÁVILA, 2005, p. 18-19).

Através do enunciado, produto da enunciação, o qual registra as marcas do enunciador, a autora reconstitui o processo enunciativo. Seu trabalho contempla um amplo conjunto de construções das vozes verbais: com o pronome *se*; com a forma ativa; com a forma passiva canônica; com nominalizações; com frases nominais, entre outras. Conforme já afirmado, nosso interesse recai somente sobre as formas passivas canônicas, as chamadas passivas analíticas. A respeito dessas últimas, D'Ávila revela que essa modalidade, a que o sistema da língua confere o traço [- ativo], pode apresentar o traço [- ativo] *mitigado*. O adjetivo *mitigado* é utilizado por Benveniste (2005, p. 290) em *Da subjetividade na linguagem*, quando ele se refere à forma *eu creio* (eu creio que o tempo vai mudar), que distingue de *eu sinto* (eu sinto que o tempo vai mudar). A expressão *eu creio* configura uma afirmação mitigada, pois converte numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente (o tempo vai mudar), que é a verdadeira proposição.

3.7.3 Do Que Retorna à Pesquisa: uma Primeira Tentativa de Análise da Voz Verbal

Nesta dissertação, assumimos a proposta de D'Ávila (2005) no que diz respeito à definição da voz passiva como categoria dêitica, cujo sentido resulta do sujeito que enuncia.

⁵¹ PORTINE, H. Benveniste et la question de la fondation d'une syntaxe. In: NORMAND, C.; ARRIVÉ, M.; LINX. Émile (orgs.). **Benveniste vingt ans après**. Université Paris X – Nanterre, 1997.

⁵² LAZARD, G. Benveniste et la syntaxe générale. In: NORMAND, C.; ARRIVÉ, M.; LINX. Émile (orgs.). Op cit.

⁵³ NORMAND, C. Emile Benveniste: quelle sémantique? LINX, Du dire e du discours. Hommage à Denise Maldidier, 1996, p. 221-238.

⁵⁴ A questão da “opção do locutor” será discutida logo a seguir.

No entanto, dada a natureza de nossa reflexão, dois deslocamentos, em relação ao que a autora propõe, se fazem necessários.

O primeiro deles já foi indicado no final do item 3.7.1 e o sintetizamos aqui. D'Ávila (2005) restringe-se à análise intralingüística, descrevendo a categoria de voz verbal a partir da abertura para “uma nova dimensão de significância”, a *semântica*, que Benveniste distingue da dimensão *semiótica* ligada ao signo. Seu interesse está voltado para a descrição de um dado fato de língua, a partir da semântica da enunciação.

Já nossa proposta inscreve-se na *metassemântica*, ou seja, tenta contemplar a relação sujeito, cultura e sociedade, sem desconsiderar a semântica da enunciação, mas buscando transcendê-la para criar condições de abordar o discurso em situação, no caso, o de operadores de uma indústria petroquímica em atividade de trabalho, na relação que estabelecem entre si sob a mediação da linguagem.

O segundo deslocamento relaciona-se à noção de sujeito. D'Ávila pressupõe, em seu estudo, um sujeito que opera arranjos sintáticos de modo intencional. Seu intuito é verificar o sentido da voz verbal como resultado de inter-relações do verbo com as demais palavras, promovidas pelo locutor.

A partir da noção de *corpo-si*, trazida por Schwartz (detalhada no capítulo 2, item 2.1), a idéia de um sujeito de intenção, capaz de agir de forma premeditada dentro do processo de comunicação, fica seriamente abalada. A singularidade do *corpo-si* convoca dimensões como corpo biológico, alma, consciente, inconsciente, história, cultura, etc, e nos faz considerar a existência de um sujeito ainda mais complexo, que não domina totalmente suas intenções no ato de fala.

Nosso sujeito, admitido como *corpo-si*, é o sujeito da ação verbal que relata a atividade nos relatórios e na passagem de serviço *homem-a-homem*. Entendemos que esse sujeito leva “na bagagem” a cada ato enunciativo toda a carga de experiências vividas na atividade e na vida, todas as suas habilidades e precariedades, todos os seus medos sobre os riscos típicos daquela atividade complexa de processamento petroquímico.

Vamos analisar, a seguir, pelo viés intralingüístico, algumas formas passivas encontradas nos relatórios de plantão. Lembramos que cada relatório é escrito por um

operador ao final da jornada de trabalho para que seu par, o operador que chega para rendê-lo⁵⁵, dê seqüência à atividade de processamento industrial.

Retiramos estes excertos de cinco relatórios, os quais foram fornecidos pelos operadores voluntários da pesquisa para compor o *corpus*. Não são amostras de um único relatório. Entretanto, observamos que todos mantêm uma identidade homogênea: colocam o foco mais na ação do que no agente, muitas vezes apagado. São, portanto, exemplos de voz passiva analítica, de acordo com a classificação tradicional. Vejamos a análise de cada um dos excertos.

a) *Bloqueada a sucção do compressor.*

A locução *Bloqueada a sucção do compressor* é constituída pelo verbo auxiliar *ser* (elíptico) e pelo particípio de *bloquear*, verbo transitivo direto. Trata-se, de acordo com a gramática tradicional, de *voz passiva analítica*. O agente da ação de bloquear encontra-se apagado no fio do discurso, mas é facilmente recuperado: o operador que estava de serviço naquele turno bloqueou uma válvula de sucção de um equipamento chamado “compressor”. Se ele foi o agente da ação, seria natural que fizesse uso da voz ativa do verbo: *Eu bloqueei a sucção do compressor*, ou, no caso de optar pela voz passiva analítica, tivesse escrito: *Foi bloqueada a sucção do compressor por mim*. A construção passiva, entretanto, apesar de manter o traço [-ativo], previsto no sistema da língua, não apaga totalmente o agente, apenas realça a importância da ação.

b) *Wild nafta⁵⁶: alinhada⁵⁷ para a U-50.*

Do ponto de vista gramatical, o excerto b) é semelhante ao anterior. O operador poderia dizer: *Eu alinhei a wild nafta para a U-50*, ou, numa opção pela voz passiva: *A wild nafta foi alinhada para a U-50 por mim*. Outra vez o verbo auxiliar é omitido, sendo substituído pela pontuação. O agente da voz passiva também é apagado neste caso, e o artigo, nessa lógica reducionista, nem mereceu importância. Essa forma de relatar a ação executada pelo operador é bastante objetiva e privilegia a condição operacional do produto chamado *wild nafta*, que foi condicionado a determinado fluxo que precisa ser registrado no relatório (“para a U-50”). Parece que não interessa ao operador destacar nada além disso. Como em a), o

⁵⁵ Os operadores chamam de “rendição” a troca de serviço a cada turno de 8 horas.

⁵⁶ Wild nafta é um produto de alta toxicidade, com elevada concentração de contaminantes ácidos. Também é chamada de “nafta selvagem”.

⁵⁷ “Alinhar” significa fazer com que o fluxo percorra certa tubulação, a “linha”.

agente pode ser identificado, mas dá-se a ele menor realce em relação à ação praticada. Mantém-se o traço [-ativo] dessa forma, tal como prevê a língua.

c) *PV-5701 B e PV-5702 B: ALINHADAS PARA A LINHA DE TOCHA QUÍMICA.*

Neste caso, a pontuação também parece exercer função organizadora, substituindo o verbo auxiliar. Outro recurso usado pelo operador para destacar a importância da situação operacional foi grafar todas as letras com maiúsculas. Uma redundância entre *alinhas* e *linha* pode ter por objetivo destacar essa tubulação que envia os gases para uma tocha de segurança em condições extremas de alívio de pressão.

d) V-5506: sendo liberado para manutenção. Apresentou furo na linha de saída a montante da XV-5510 (está trancada aberta). *Foi bloqueada e etiquetada*⁵⁸ a saída para a B-5501 A/B e a montante⁵⁹ da FV-5508.

Nessa seqüência de ações, o operador relata uma situação de trabalho crítica: enquanto preparava a liberação do equipamento chamado “V-5506” para intervenção de manutenção percebe que existe furo numa tubulação de saída do equipamento, além de trancamento na posição “aberta” da válvula de segurança para fechamento rápido (a XV-5510). Por causa disso, ele procurou outros pontos para bloquear o sistema e liberar o equipamento para manutenção. Dentro de uma análise tradicional, a narrativa que melhor demonstraria essa ação de autoridade do operador sobre as variáveis do processo seria: *Bloqueei e etiquetei a saída para a B-5501 A/B e a montante da FV-5508*, ao invés de *Foi bloqueada e etiquetada a saída para a B-5501 A/B e a montante da FV-5508*. Podemos notar outra vez o apagamento do agente da voz passiva, ainda que na situação de comunicação, se possa identificá-lo. Conserva-se o traço [-ativo] previsto na língua.

e) *Foi reposto o nível do inibidor de corrosão.*

Neste caso, podemos observar duas alterações no emprego da voz passiva analítica. A manifestação ativa do agente seria: *Repuz o nível do inibidor de corrosão*. Na voz passiva analítica, teríamos: *O nível do inibidor de corrosão foi reposto por mim*. O que observamos na opção do operador é uma substituição de *repuz*, verbo na voz ativa, por *foi reposto*, verbo na voz passiva analítica, num arranjo que preserva o “tempo canônico” dos acontecimentos de

⁵⁸ Em muitos casos, os operadores fixam etiquetas informativas com orientações práticas para fins de segurança. Com esse procedimento, somente quem fixou a etiqueta pode retirá-la, tornando-se o responsável por aquela condição alternada no processo.

⁵⁹ Bloquear a montante significa bloquear antes de alguma coisa, neste caso, antes da válvula chamada de FV 5508.

fala, mostrando uma solidariedade da forma verbal com a instância enunciativa (D'ÁVILA, 2005, p. 104).

f) *B-5702 B: bomba foi testada e apresentou amperagem alta, mecânica observou que a bomba está com o eixo pesado, ficou em bloqueado. Foi colocada em operação no 00 X 08 e desarmou outra vez. Ficou desarmada.*

Este item de relatório escrito por um operador descreve uma série de ações relacionadas à bomba *B-5702 B*. Neste caso, a pontuação não representa omissão do verbo auxiliar, mas podemos inferir várias coisas, dentro dos âmbitos sintático e semântico: 1) a *bomba foi testada* por alguém; 2) a bomba apresentou amperagem alta; 3) a *mecânica* observou que o eixo da bomba está pesado; 4) alguma coisa ficou *em bloqueado* (o eixo? a bomba? a mecânica?); 5) a bomba foi colocada em operação no 00 x 08 (um outro equipamento? um horário de turno? um local?) e desarmou outra vez; 6) ninguém rearmou a bomba (*ficou desarmada*).

Contudo, se quisermos esclarecer totalmente o sentido desse texto escrito por um operador de processamento petroquímico, algumas perguntas seriam necessárias. Sua organização verbal mistura voz ativa e voz passiva, e não nos deixa identificar claramente os agentes de cada verbo. O verbo *bloquear*, no sistema da língua, é transitivo direto. Nesse excerto aparece antecedido pela preposição *em*. A construção *ficou em bloqueado* é estranha à sintaxe do sistema. Entretanto, pode-se ver aí uma elisão de *ficou na posição bloqueada*. De qualquer modo, conserva-se o traço [-ativo] e promove-se o apagamento do agente, que, no entanto, como nos demais casos, é apenas aparente, pois a situação permite recuperá-lo.

Em todos os excertos, o uso da voz passiva se caracteriza pelo [-ativo] previsto no sistema da língua e também se observa o apagamento do agente na superfície discursiva. Entretanto, nesses exemplos, as ocorrências de voz passiva sem agente não podem ser consideradas como indicadores de que o discurso esteja privado de marca de subjetividade. Mesmo não explicado, o agente pode ser identificado na maioria dos casos, como o operador que está passando o plantão a outro. Poderíamos ver aí, entretanto, um rebaixamento do agente e um alçamento da ação a um patamar de importância maior. Com isso, podemos perguntar: será que o agente não importa na situação de trabalho? Para responder a essa questão, precisamos realizar um exercício ergológico, fazendo um retorno a campo, mais exatamente ao pólo II do dispositivo dinâmico a três pólos.

Como relação à disciplina lingüística, a nosso ver, o que conhecemos apenas no domínio *intringüístico* não nos permite ir além da descrição do que acontece nos níveis semiótico e semântico na compreensão dos relatórios. Eis que surge a necessidade de um domínio mais amplo, o domínio *metassemântico*, que permita uma abertura translingüística para compreender a comunicação entre os operadores como estratégica para a segurança do processo e das pessoas.

Vamos tentar visualizar agora, pela autorização que me concedo para responder a tais questões enquanto operadora, pela experiência descrita no capítulo 1, se o excerto anterior pode dizer algo mais sobre as relações vividas no interior da atividade. Por exemplo:

- 1) A *mecânica* que observou a bomba (e, quem sabe, também a teria a testado) é uma mulher ou uma atividade de manutenção? Respondo: é a segunda opção. Os operadores se referem à “mecânica”, à “elétrica”, à “instrumentação”, à “engenharia”, etc. para se referirem às demais atividades complementares do processo de produção.
- 2) Quem testou a bomba? Respondo: certamente foi algum operador, talvez o próprio operador que redigiu o relatório, porque somente eles podem operar os equipamentos. A autoria não foi relevante porque o que importa, neste caso, é registrar a seqüência de eventos relacionados à bomba nomeada B-5702 B. Dentro da cultura operacional, isso é parte da rotina da atividade, a autoria do fato, em si, não é relevante.
- 3) O que significa ficar “em bloqueado”, um erro na escrita do operador, querendo dizer *ficou bloqueado*? E o que ficou “em bloqueado”, de fato? Respondo: o erro do operador, se é que se poderia chamar assim, foi a falta de aspas para indicar que a bomba ficou com o comando de acionamento na posição “bloqueado” (ficou em “bloqueado”, ficou em “remoto”, ficou em “parado”, ficou em “ligado”, tudo se referindo ao motor de acionamento da bomba). Na condição “bloqueado” ninguém conseguiria ligar a bomba com um acionamento remoto pelo painel de controle, pois ligá-la com o eixo trancado (“a bomba está com o eixo pesado”, como disse algum mecânico) poderia danificá-la totalmente. E posso afirmar, ainda, por minha experiência na atividade de operação industrial, que foi algum operador que ajeitou a botoeira⁶⁰ da bomba naquela posição, “bloqueado”.

⁶⁰ Central de comando de acionamento – partida e parada – do equipamento.

- 4) O que significa *Foi colocada em operação no 00 X 08*? Conforme descrito no capítulo 1, os operadores trabalham em turnos de revezamento de 8 horas, estabelecidos previamente por uma tabela (anexo A). O turno da madrugada inicia às 0h e se chama 00 X 08. Então, *foi colocada em operação no 00 x 08* significa “foi colocada em operação durante o turno da madrugada”.

Então, com tanta passividade nas vozes dos verbos, considerando os relatórios escritos, poderíamos entender que o sujeito é rebaixado enquanto agenciador da voz verbal, por vezes até apagado totalmente nos relatórios de trabalho. Essa análise preliminar poderia sugerir que o lugar do sujeito no discurso é inferior, dado, talvez, por uma relação desigual no trabalho. Poderíamos também afirmar, seguindo a tradição taylorista, que ainda persiste como a lógica vigente na maioria das empresas, que esse apagamento indique que o trabalhador tem pouco a dizer sobre sua atividade (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 133).

O arranjo verbal desses excertos, contudo, mostrou originalidade, o que demonstra uma atitude particular sobre a lógica formal da língua. Tomando por D’Ávila (2005, p. 191), podemos afirmar que existe um sujeito enunciativo por trás dos relatórios porque “todos os matizes da língua emergem através da atitude do locutor [...]”. A voz verbal também pode ser analisada como categoria de discurso porque as marcas da enunciação representam as relações *mórfico-sintático-semânticas* promovidas pelo sujeito.

Mas, podemos ir além. Queremos avançar seguindo as pistas deixadas por Benveniste (1989, p. 67) para tentar realizar uma *análise metassemântica da enunciação*. Se a subjetividade é onipresente e constitutiva dos homens, como um estudo de lingüística da enunciação poderia considerar a escrita dos relatórios separadamente do locutor-escritor que a produziu? (KERBRAT-ORECCHINI, 1999, p. 35).

Paralelamente, apoiamo-nos nos pressupostos ergológicos, especialmente no dispositivo dinâmico a três pólos, para fazer circular nossas teorias de forma dialética (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 266). Assim, podemos tentar entender o uso da voz passiva nos relatórios dos operadores como um modo de negociação do sujeito com as normas antecedentes. O que aparentemente se mostrava como *apagamento do sujeito* na análise acima, na passagem de serviço *homem-a-homem* e *verbalização sobre a atividade*, conforme veremos a seguir, pode atingir outra dimensão de significância, a *translingüística*, que revela um sujeito capaz de gerenciar dramáticas de usos de si por si no seio da atividade através de suas opções lingüísticas.

4 UM *CORPUS* ENRIQUECIDO PELAS POSSIBILIDADES DE OUTROS *CORPORA*

Como já anunciado, nossa pesquisa é constituída a partir de um *corpus* composto por três partes distintas. Também temos um aporte teórico híbrido de ergologia e de lingüística, convocado para subsidiar o olhar sobre a singularidade da linguagem dos operadores. Vamos apresentar, a seguir, o percurso de formação do outro *corpus*, articulando comentários a fim de demonstrar a pertinência das teorias selecionadas.

A possibilidade de coletar os relatórios, fazer gravações e conversar com os operadores no interior da indústria em questão foi favorecida por meus vínculos profissionais com aquela empresa. Isso se tornou um fator facilitador para a composição de um *corpus* amplo, que pudesse cobrir nossos questionamentos.

O percurso iniciou com um contato formal com a empresa, quando fiz⁶¹ a apresentação para da pesquisa e seu objetivo geral para a gerente de recursos humanos e para a equipe de serviço social. As profissionais levantaram alguns questionamentos, mas também contribuíram com observações muito pertinentes sobre as características de trabalho em turnos de revezamento. A partir daí, eu, enquanto responsável pela pesquisa, deveria formalizar a intenção de usar os relatórios e realizar gravações naquela unidade operacional através de uma mensagem eletrônica ao gerente da área industrial, para que ele próprio fizesse o convite aos operadores voluntários. Nessa formalidade, com três etapas que antecederam minha fala com os operadores, identificamos um traço hierárquico bastante forte no trato administrativo. Obviamente, cumpri as solicitações, mas, adicionalmente, conversei detalhadamente com aquele gerente e expliquei a pesquisa para me assegurar de que a intervenção estava suficientemente esclarecida e seria bem aceita pelos operadores.

Em pouco tempo, recebi a resposta de 5 voluntários e planejamos, como percurso metodológico, as seguintes etapas:

- 1º) gravar as falas na troca de plantão (passagem de serviço *homem-a-homem*) em áudio, com aparelho discreto de MP3;

⁶¹ Outra vez precisamos esclarecer que a opção pela pessoal verbal eu é outra vez necessária, a partir deste ponto da dissertação, porque as intervenções em campo foram realizadas por mim, sendo levadas à apreciação da Dra. Marlene Teixeira, orientadora, até a composição completa do corpus e análise subsequente.

- 2º) obter relatórios de plantão referentes àquelas mesmas passagens de serviço *homem-a-homem*;
- 3º) transcrever as gravações;
- 4º) observar as transcrições à luz da ergologia e da teoria da enunciação, selecionando pontos de interesse para a *verbalização sobre a atividade (autoconfrontação)*;
- 5º) voltar a campo para fazer a verbalização sobre a atividade;
- 6º) compilar o *corpus*, cruzando os dados e encaminhar a análise.

Com esse encaminhamento, chegamos a três corpora: relatórios escritos, gravações da passagem de serviço *homem-a-homem*, verbalização sobre a atividade. O conjunto deles é considerado um corpus único, que fala sobre o sujeito que queremos observar.

4.1 A TRANSCRIÇÃO DAS GRAVAÇÕES REVELA UMA ATIVIDADE MUITO PARTICULAR

Para realizar a transcrição, pensei que minha interferência, enquanto operadora, pudesse confundir minhas deduções enquanto pesquisadora. Solicitei, então, a tarefa a uma acadêmica que tinha certa experiência com pesquisa etnográfica e se interessou em realizar essa atividade. A surpresa, porém, foi sua dificuldade em transcrever o áudio em tempo hábil. Ela me devolveu o material e disse que seria impossível transcrever porque “eles falam em código”, e “falam todos juntos”.

Num misto de decepção e surpresa, questionei-lhes até entender que a idéia de que eles falavam “em código”, na verdade, era devida às abreviações dos nomes e números dos equipamentos. Sobre “falar todos juntos”, eu sabia que isso não era um problema que interferisse na comunicação entre os operadores. Eu já conhecia as falas dos operadores e sabia que eram extremamente colaborativas, de forma que um operador completa o que o outro está tentando dizer e se formam, de fato, falas sobrepostas, mas que são compreendidas por quem conhece a atividade.

É fato que a baixa qualidade técnica da gravação dificultou um pouco a tarefa da transcrição. O ambiente de trabalho dos operadores, mesmo a sala onde ficam quando não estão operando, é bastante ruidoso; há movimentação de pessoas a toda hora, e seria impossível sugerir que eles modificassem suas atividades para gravar porque seria uma

condição artificial que não nos interessaria. Mas, acima de tudo, o que foi bastante oportuno com essa tentativa frustrada de transcrição foi a possibilidade de entender que o olhar sobre aquele *corpus* precisava ser mais focado, e exigiria alguém que estivesse mais perto dos operadores.

Flores (2006, p. 62) considera a transcrição como ato enunciativo, pois não pode ser desvinculada do sujeito que a realiza, e que o dado a ser transcrito em seu estatuto enunciativo alterado pelo transcritor. “A transcrição é, por esse viés, uma enunciação sobre outra enunciação”.

Então, assumi a transcrição como um exercício de olhar para a enunciação dos operadores com base nos meus conhecimentos e sentimentos relacionados à minha própria experiência como operadora. Assim, executei a transcrição sem maiores problemas porque conhecia bem a atividade de processamento petroquímico, conforme relatei no capítulo 1. Ao mesmo tempo, já fui tomando notas sobre as questões que queria destacar no estudo: a voz verbal, os pronomes, os usos de si por si. Senti que o pólo III do dispositivo dinâmico a três pólos estava instalado em mim quando selecionava os tópicos de interesse a esta pesquisa dentro das falas que eu transcrevia, imbuída da experiência que adquiri no pólo I.

4.2 VERBALIZAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E A EXPERIÊNCIA INTERSUBJETIVA DO CORPO-SI

Utilizamos a expressão *verbalização sobre a atividade* para designar a técnica da *autoconfrontação* nessa etapa da pesquisa, pois entendemos que representa com mais naturalidade nosso desejo de *fazer ouvir* os operadores. A experiência da autoconfrontação, enquanto técnica de pesquisa, possibilita observarmos a pessoa do trabalhador como indissociável do coletivo e revelar as relações estabelecidas na trama geral pelo engajamento particular daquele sujeito que realiza a confrontação de si: “Utilizar a autoconfrontação para compreender a atividade de trabalho implica compreender a atividade também no seu entorno não-evidente [...]”(VIEIRA, 2004, p. 215).

É importante que se diga que não tínhamos expectativa de achar um *certo* ou um *errado* naquelas falas, nem descobrir algo secreto na atividade dos operadores. Sabíamos que encontraríamos sujeitos enigmáticos, que falavam de si ao falar da sua atividade, num

movimento dialético entre as dimensões geral e particular, na gestão de dramáticas de usos de si por si e uso de si por outros.

Com as transcrições prontas, agendei um retorno a campo para re-encontrar os operadores e mostrar a eles suas falas, comparando-as com seus relatórios. Selecionei alguns pontos para problematizar o diálogo:

- a) a voz verbal e as marcas de pessoa, para o que elaborei questões abertas: “O que tu quiseste dizer com [...]”. Como havia dificuldade para a gravação devido ao ambiente ruidoso e, ainda, o risco de perdermos a descontração, a técnica de entrevista pareceu mais adequada. Para isso, convoquei os recursos das disciplinas cursadas na faculdade de jornalismo, as quais me haviam preparado para momentos como esse.
- b) o corpo-si na atividade de operador;
- c) as dramáticas de usos de si.

Inicialmente, entreguei-lhes a transcrição e pedi que ouvissem a gravação de sua passagem de serviço, que eu reproduzia em um *notebook*. Surpresa e curiosidade foram comuns a todos. Um fato interessante foi que alguns operadores tiveram a iniciativa de corrigir mal-entendidos de minha transcrição, sem que eu houvesse pedido para conferirem se estava certo. Parece que existia um grande zelo pela preservação dos dados técnicos (os números, siglas e aqueles códigos todos), como se fosse grave o fato de eu ter entendido *errado*. Esse detalhe foi muito significativo, se o analisarmos como uma iniciativa do operador de cuidar, proteger sua fala. Um operador riscou sobre minha transcrição, sem perceber que com isso ele interferia em material de pesquisa oriundo do pólo I. Como ele se sentiu autorizado para isso? Por que o dado errado deveria ser corrigido imediatamente como se eu houvesse “profanado” tal informação? Essa foi a primeira de uma série de surpresas bem-vindas que demonstraram a técnica da *autoconfrontação* como grande possibilidade de agregar mais sentidos ao retomarmos ao que já havia sido dito no interior da atividade.

A partir de agora, veremos como a verbalização sobre a atividade favoreceu o contato com outro nível de significação para aquele que fala da atividade, permitindo que ele volte ao dito para recuperar fragmentos, depositando, assim, mais luz sobre a pesquisa.

A verbalização não foi gravada e, conseqüentemente, transcrita devido à opção pela técnica de entrevista. Dessa maneira, ficamos todos à vontade para interagirmos, e as conversas foram bastante frutíferas.

Para trazer esse momento de verbalização para o *corpus* da pesquisa, sem tirar-lhe a energia, seria importante preservar a fluência da conversa, quando eu, como pesquisadora não só ouvia, mas interagia. Mas como organizar esse *corpus* como dado de pesquisa? Não tínhamos apenas excertos, mas uma conversa sobre a atividade que brotou de uma intervenção de abordagem jornalística. Por isso, decidi não organizar esses dados apenas excertos, mas articulá-los com meus comentários à luz das teorias que embasam esta pesquisa. Quem sabe possamos chamá-las de “crônicas da atividade”?

4.2.1 Crônica da Atividade I

Dia 27/12/08, a operadora “V” me recebeu no vestiário, que ela chamava simpaticamente de *meu escritório*. O recinto tinha traços bem particulares: as operadoras tinham improvisado algumas facilidades para tornar o ambiente mais feminino, como dispor um sabonete perfumado na pia, ao invés do sabonete líquido industrial oferecido pela empresa, instalar uma toalha de tecido para secar as mãos, ao invés do papel-toalha oferecido pela empresa. Havia fotos de família colados nas portas dos armários, uma cadeira e uma mesinha para leitura num canto (o mobiliário foi obtido de alienação de sucata da década de 70), conforme me contou “V”, e um ventilador de pé.

A operadora “V” ajeitou a mesinha para que eu instalasse o notebook. Sentamos lado a lado, em frente à pequena mesa. Expliquei-lhe o roteiro planejado e começamos a ouvir a gravação de sua passagem de serviço do dia 16/10/2007. O som das máquinas dentro do vestiário era muito alto.

Minha transcrição tinha problemas, como ela observou. Ela me auxiliou a identificar os equívocos. Decidimos que seria melhor nos guiarmos mais pela gravação do que pela transcrição, em si, e que precisávamos de um local mais silencioso. A operadora tinha grande iniciativa para organizar esses detalhes, parecia que me recebia em sua casa e queria me acomodar da maneira mais confortável possível. Convidou-me para ir à sala principal dos operadores, num cantinho chamado por eles de “sala de visitas”. O lugar era uma espécie de refúgio para descanso, formado por uma bancada de computador reutilizada, uma cadeira do refeitório, duas poltronas antigas, também do mobiliário da década de 70, um grande e desgastado quadro mural com citações diversas e dois aparelhos de som. Nas outras

verbalizações, os demais operadores me receberiam naquele mesmo local, demonstrando que aquele cantinho era mesmo consolidado como o lugar de conversas amenas, além da atividade industrial.

Mostrei-lhe o relatório escrito pelo operador “E” dia 16/10/2007, quando ela recebeu o plantão às 7h30min. O assunto inicial falava de um vazamento numa determinada bomba centrífuga e dos procedimentos que haviam sido feitos naquela madrugada. Ela olhou o relatório e lembrou daquele dia imediatamente. Eu havia selecionado alguns excertos para capturar as dramáticas de usos de si por si na atividade e ver como elas apareciam na comunicação *homem-a-homem*. Destaquei o trecho:

Operador “E”: *Tá desarmada. Então, tranqüilo, né? Se tiver que rearmar de novo, eu acho que tem que ter um eletricista junto ou um mecânico, mas eles falaram isso: que a “A” tá com trancamento. O compressor, ele tá [...]. bloqueado na sucção, né, porque tá passando nafta, o “B”.*

Operadora “V”: *Tá um nojo!*

Operador “E”: *Tá sabendo, né?*

Operadora “V”: *Tô.*

Perguntei-lhe o que ela queria dizer com a exclamação “Tá um nojo!”. Ela explicou que aquele equipamento estava sempre com problemas, que sofria manutenção regularmente, mas cada vez voltava pior. Perguntei por que ela se incomodava com isso. Ela se surpreendeu com a pergunta, e disse que era mesmo um nojo, porque não funcionava direito. E que tinha “dois tipos de nojo”, o físico, porque o local era sujo. “Tem uma bagunça, sujeira, óleo derramado, mas isso é o menos importante”. Perguntei, então, o que era o mais importante sobre essa situação. Ela disse que “nojo” era ter que interromper o processo.

Em outro excerto selecionado, temos:

Operador “E”: *A 55 A foi testada, tá ok.*

Operadora “V”: *Quem?*

Operador “E”: *50, 55 A, desculpe. Ela voltou, foi testada no turno passado. Ela tá ok, mas ela não tá operando, certo? Não tá operando. Isso tem que dar uma olhada no outro relatório...*

Operadora “V”: *Tu viu se fizeram aquele check-list que eles fazem?*

Operador “E”: *Devem ter feito. Pra entregarem para nós, devem ter feito [..]*)

Perguntei-lhe por que ela disse “quem” ao se referir a um equipamento. Ela disse que sabia que o certo seria perguntar “qual”, mas disse, sorrindo: “isso é uma característica que ‘desenvolvi’, todo mundo sabe que eu falo assim”. Ela disse que sempre falava “certinho” (é sabido por todos que ela tem formação superior no curso de Letras), mas gosta de brincar com as palavras. Por isso, até duvidou de minha transcrição em um ponto onde ela falava “Tu viu se fizeram [...], e pediu para ouvir a gravação de novo. Disse que sempre cuidava do “uso correto dos verbos” porque foi uma decisão que ela havia tomado tempos atrás, de falar “certo”, e que os colegas até zombavam dela por falar a conjugação da segunda pessoa dos verbos com “este, aste, iste”. Achou curioso ao perceber que ela não cuidava tanto assim da conjugação na fala espontânea da atividade como imaginava.

Este próximo excerto pretende mostrar o alto grau de envolvimento que o corpo-si tem na atividade, especialmente o aspecto físico, neste caso.

Operador “E”: *Aqui “TB... atentar para a temperatura do mancal LOA”[..].*

Operadora “V”: *É*

Operador “E”: *Isso. É só com a mão ali pra ver, né?*

Operador “V”: *Não, mas tem um THI ali. LOA? Tem um THI [...]*

Operador “E”: *Ah, tá, tá certo.*

Perguntei como era a sensação de tocar no equipamento para verificar a temperatura. Ela disse que “era mais confiável”. Perguntei-lhe como a mão poderia ser mais confiável do que o equipamento medidor de temperatura. Ela explicou que aproxima a mão lentamente como quem tateia para sentir a febre de alguém, e comentou, com naturalidade: “é mais confiável porque não deveria estar quente a ponto de eu não poder tocar”.

Dessa forma, vimos o corpo extremamente engajado na atividade petroquímica, gerindo o processo produtivo com ressingularizações a todo momento, o que fica marcado em suas falas na passagem de serviço *homem-a-homem*.

4.2.2 Crônica da Atividade II

Esta verbalização sobre a atividade aconteceu dia 25/12/08 pela manhã. O operador “L” estava muito disposto a auxiliar na pesquisa, mas queria saber como seria o método. Ao ser esclarecido, ficou bastante à vontade, e a experiência atraiu outros dois operadores, “P” e “A”, que também estavam naquele plantão. Perguntaram se poderiam ouvir a conversa, ao que consenti. Imediatamente, aqueles ouvintes passaram a se comportar de forma participativa, como se a conversa dissesse respeito a todos e não somente ao entrevistado – o que, de fato, é verdade. Numa agradável surpresa, o momento se transformou numa espécie de dinâmica de grupo, muito rica em contribuições. Os três operadores interferiam abertamente nas falas uns dos outros, como se todos tivessem responsabilidade por esclarecer ao máximo meus questionamentos. De repente, a proposta de verbalização serviu como guia para a abertura de uma discussão muito rica e participativa sobre a atividade de linguagem dentro da atividade de operação petroquímica.

O primeiro comentário do operador “L” foi a comparação da passagem de serviço *homem-a-homem* com o trabalho dos controladores de tráfego aéreo, numa tentativa de me explicar de forma didática.

Um dos destaques daquela conversa foi quando os operadores assumiram que sua “comunicação era específica”, como me disseram, e pareciam se orgulhar disso. A comunicação era praticada como um processo dinâmico, em que as idéias se mesclavam e se completavam em nome de uma coletividade.

Ouvimos a gravação da passagem de serviço do operador “L”; ele se surpreendeu e ficou curioso por ouvir sua voz naquela situação. Os demais operadores ouviram também, mas não comentaram a respeito da gravação, talvez porque eu havia entregado a transcrição apenas para o operador “L” acompanhar. Na seqüência, tomamos apenas a transcrição e comentamos os seguintes tópicos:

Operador “L”: Tá, “V”, não tem nada de mais, tirando o fato do UHDT tá parado.

Operador “V”: Parou?

Operador “L”: É. Tá... Parou por causa da UGH lá, tá? Agora de manhã que eles vão decidir o que vai ser feito.

Perguntei quem eram “eles”. A explicação veio de forma coletiva, os três operadores citavam diferentes “eles” e discutiam entre si sobre aquelas entidades: os consumidores, a demanda do mercado, a gerência, as reuniões de programação de produção, as necessidades operacionais, a equipe de manutenção. Nem se importaram mais comigo naquele momento, como se precisassem chegar a um consenso entre eles antes de me responderem, de fato, quem eram “eles”. Em resumo, disseram que “eles” eram todos que não fossem operadores, mas que tinham influência sobre a atividade de operação.

Mostrei ao operador “L” um trecho da transcrição, que remetia ao item do relatório *Bloqueado H2 para Buffer Gás*:

Operador “L”: E agora, no final, a gente bloqueou o hidrogênio pro “buffer gás” no C1 e a PV 25B também tá bloqueada, tá? Não tava mantendo a pressão na reação aí...

Operadora “V”: Bloquear o hidrogênio pro buffer gás é [...] a XV aquela?

Operador “L”: Não, não. O bloqueio manual do C2 pro C1.

Operador “V”: Ah, tá.

Operador “L”: Ali em cima, junto ao [...] do buffer gás ali, tá?

Perguntei-lhe sobre as diferenças entre o relatório escrito e a passagem de serviço *homem-a-homem*. Antes de responder, ele tomou o relatório de minhas mãos, procurou a assinatura do operador responsável – naquele relatório, ele próprio – e disse que aquele tipo de relatório era “uma bobagem”, que o que importava era a passagem de serviço *homem-a-homem*. Conforme me disse: “Tem campos aqui que eu nem preencho. Quando a unidade está estável, nem precisa dizer nada, já tá no sangue”.

Perguntei aos três operadores sobre a troca de conhecimento, como as informações circulavam entre eles. O operador “P” respondeu: “há necessidade de perguntar sempre. Ninguém tem medo de perguntar, todos perguntam”. A operadora “A” explicou que nem todos recebem o mesmo treinamento para trabalhar em todas as unidades, e que, ultimamente, devido à instalação de novos processos, a melhor fonte de aprendizado e atualização de conhecimento eram os próprios colegas. “Um treina e vai ensinando para o outro”, ela disse. Também destacou o caráter de aprendizado permanente e colaborativo existente entre os operadores. A necessidade de compartilhar o conhecimento tem a ver com o risco da atividade, pois um depende do outro numa situação de emergência. “Nós temos medo”,

comentou o operador “P”. “Se alguém disser ‘foi feito’ é porque foi realmente feito. É uma espécie de ordem sem hierarquia”.

Numa situação de *trabalho vivo*, a comunicação entre os operadores é fundamental para a manutenção da planta química e de preservação da integridade do corpo-si.

Ao nos despedir, estávamos felizes com a conversa, que durou mais de duas horas. Comentei que, por ser dia 25 de dezembro, não ia mais incomodá-los. O operador “P” disse: “A gente até tinha esquecido que era Natal [...]”.

4.2.3 Crônica da Atividade III

Os operadores ouviram a gravação, acompanhando a transcrição que eu havia lhes dado, e riram muito, fazendo comentários entre si, de forma que eu não escutasse. Eles agiam com certa timidez pueril ao se ouvirem na gravação. Esperei terminar a audição e perguntei o que eles tinham achado.

“É vergonhoso como a gente fala”, comentou a operadora “E” em meio a risos. Perguntei por que ela achava vergonhoso, e ela respondeu: “a quantidade de ‘tá’ que tem aí”.

Eles ficaram muito surpresos e pareciam orgulhosos em ouvir suas falas daquela passagem de serviço.

A operadora repetia a observação sobre o uso excessivo de “tá”, e perguntei por que ela usava esse “tá”. Ela respondeu ironicamente, mas com muita propriedade, que era para confirmar se ele tinha mesmo entendido, para ter certeza.

Operadora “E”: Tá, ele... Quando eu saí de folga, iam recém começar a liberação. Chegaram a mexer em alguma coisa?

Operador “M”: Sim, ele já foi [...] Já foi feita aquela purga, já foi drenado. Ele [...] tá, na verdade, ele ia ser raqueteado hoje, mas também, conforme a chuva, ficou para amanhã.

Operadora “E”: Tá.

Operadora “M”: Tá?

Operadora “E”: Tá.

A operadora comentou espontaneamente algo que a esta pesquisa interessa muito: “Se a pessoa não tá envolvida, não vai entender. A gente atalha muito”. E eu aproveitei para questionar outro detalhe: “vocês falam simultaneamente, né?” Ela disse: “Ah, isso acontece toda hora. Quando um fala, o outro já sabe, já antecipa. As frases são auto-completadas, como no Google⁶²”.

Como a conversa estava bastante profícua, perguntei alguns aspectos específicos da transcrição que destacavam a presença de um “ele” referido em suas falas.

Operador “M”: A turbina 2, ali, tá correndo uma água ali no mancal do lado oposto, eu acho que o pessoal abriu para refrigerar [...]

Perguntei quem era “o pessoal”. Os dois operadores responderam em coro: “é qualquer operador”. A simultaneidade da resposta nos fez rir e mostrou a profunda sinergia da dupla.

Operador “M”: O forno B tá com um queimador fora lá. [...] o painel queria que colocasse.

Perguntei como era a relação com o painel, quem fazia o quê? Quem comandava o processo? Eles explicaram que algumas demandas são geradas apenas pelos *operadores do painel*, que têm visão mais completa das variáveis através das telas de monitoramento. Mas fizeram questão de mencionar que outras demandas são criadas pelos *operadores de área* que têm contato direto com os equipamentos e conhecem a *realidade da área*.

Pedi ao operador “M” que comentasse uma frase escrita por ele: “Atentar p/ temperatura do mancal LOA”. Ele respondeu: “Ah, isso foi uma demandinha que eu criei para ela executar”. E ambos riram.

Perguntei se todo mundo mandava um pouco no processo. Eles repetiram, confirmando: “Todo mundo manda um pouco”.

Finalmente, perguntei se queriam comentar mais alguma coisa sobre a experiência de se ouvirem. A operadora “E” falou: “Se tiver que falar com alguém de fora, a gente muda a linguagem, se não o cara não vai entender. Se tiver que explicar para um engenheiro, por exemplo, a gente diz o *tag*⁶³ certinho”.

⁶² Referindo-se ao site de busca da internet.

⁶³ Código do equipamento, formado por letras e números. Por exemplo: TB-5702 B.

Encerramos falando sobre a pesquisa, como eu organizaria os dados, a previsão de defesa. Eles queriam entender como suas falas seriam estudadas, já que achavam que falavam “em código” e ninguém entenderia. De fato, a primeira tentativa de transcrição feita sobre esse *corpus*, no nível intralingüístico, estava fadada a manter o “código” dos operadores fechado.

4.2.4 Conclusões Parciais Sobre a Verbalização da Atividade

Existe uma forte idéia de coletividade permeando todas as falas dos operadores, assim como uma identidade de grupo muito estabelecida e compartilhada por todos quantos eu pude observar. Há uma proteção mútua e um espírito de colaboração em prol da manutenção do processo produtivo, da integridade das instalações e dos trabalhadores e da segurança.

Os operadores detêm alta capacidade de compreensão de seu trabalho e compartilham entre si os detalhes necessários ao funcionamento contínuo e seguro do processo petroquímico. O nível de compartilhamento de informações é profundo na transmissão oral, inclusive enriquecido com desenhos livres e demonstrações *in loco*, na área industrial, dos fatos relatados. As informações são enriquecidas na troca verbal dialogada, quando são complementadas pela possibilidade de reversibilidade entre os pares da fala. O processo de comunicação entre os operadores é dinâmico, tal qual o processo industrial que eles gerenciam. Percebe-se que o endereçamento das informações escritas é diferente daquele das informações orais: o que fica registrado nos relatórios tem caráter formal, voltado para o nível hierárquico superior. Esse documento, embora seja o relato formal com o qual a administração gerencia a produção, não recobre todos os detalhes do trabalho vivo que pulsa nos horários “fora do adm”⁶⁴.

⁶⁴ Os horários dos turnos de revezamento são explicados no anexo 1. A planta química funciona 24 horas por dia e a tabela dos horários de plantão foi montada pelos próprios operadores, embora não seja facultativo o cumprimento das escalas, qualquer atraso no revezamento compromete o esquema de transporte e passagem de plantão. O regime de revezamento é bastante diferente do regime administrativo, que funciona das 8h às 17h, de segunda a sexta-feiras. Esses trabalhadores de horário regular, fora das escalas de turnos, são apelidados de “ADM” pelos operadores, a quem atribuem um comportamento mais tranqüilo, quase descomprometido com os resultados operacionais. Percebe-se um leve estado de rivalidade ou de ciúme pelos “privilégios” que os “trabalhadores de Adm” têm: refeitório amplo, mais variedades de alimentos e bebidas, folga aos sábados e domingos. Entretanto, grande parte da remuneração dos operadores vem exatamente das indenizações por HRA (hora de repouso e alimentação) e ATN (adicional de trabalho noturno).

Muitas citações organizadas no quadro de avisos da sala dos operadores revelam marcas da identidade dessa categoria profissional. Conforme me contaram, o grande quadro branco servia como mural, onde se escreviam citações aleatoriamente. Qualquer operador podia escrever, sem nenhuma formalidade, nenhuma norma que regesse aquela situação. Alguém, ninguém dos presentes lembrou quem, compilou todas as citações num arquivo digital, imprimiu e fixou com fita adesiva no mural. Esse detalhe mostrou uma situação muito particular: um operador anônimo se responsabilizou pela compilação do ideário coletivo, o qual foi exposto de forma democrática no mural de avisos. As frases são parte do acervo cultural construído pelos operadores. Destaco algumas delas:

- *“Ao correr eguada xucra, grita, mas com homens, apresilhe a língua”.* (Blau Nunes)
- *“Não griteis sem ocasião nem guiasqueies sem precisão, mas, sempre que puderes, passa-lhe a mão”.* (Blau Nunes)
- *“Tornei-me acaso vosso inimigo porque vos digo a verdade?”* (Gálatos 4:16)
- *“Paz sem voz não é paz, é medo”.* (O Rappa)
- *“Toda forma de poder é uma forma de morrer por nada”.* (Engenheiros do Hawaii)
- *“Emancipe-se da escravidão mental, ninguém além de vocês mesmos pode libertar vossas mentes”.* (Bob Marley)
- *“O poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente”.* (Pe. Antonio Vieira)
- *“Qualidade de vida reside no equilíbrio do ser humano em suas dimensões física, psíquica, social e espiritual, que se reflete na auto-realização consigo, com o outro e com a totalidade”.* (ABCV)

Pudemos encontrar, no centro da atividade petroquímica, uma outra manifestação do corpo-si: a sensível vocação poética de muitos operadores, o que mereceria outra pesquisa. Mas, podemos perceber na escolha dessas frases avulsas que os operadores selecionaram para decorar seu mural, certo lirismo que se opõe às frases duras dos textos de trabalho. E na catalogação delas, quem sabe a vontade dos operadores de dizerem outras coisas que ultrapassem os textos dos relatórios e possam se dirigir a “eles”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda esta pesquisa, tentamos articular duas áreas que, a nosso ver, complementam-se e multiplicam as possibilidades de interpretação dos fatos lingüísticos. A teoria da enunciação, alimentada pela ergologia, gerou um *meio de cultura* rico de onde brotaram nossas análises. Sem esse aporte teórico, poderíamos ter feito, ainda assim, alguma análise de ordem intralingüística sobre o uso da voz passiva nos relatórios de trabalho dos operadores, com conclusões limitadas ao domínio da língua. Porém, o mecanismo dinâmico da perspectiva ergológica, que propõe a investigação em três pólos articulados entre si, nos fez ampliar e enriquecer o quadro teórico para uma possibilidade de interpretação *metassemântica* dos fatos de língua, conforme sugere Benveniste (1989), considerando a *macro* estrutura de uma atividade petroquímica.

Entendemos o *dispositivo dinâmico a três pólos* como uma postura, mais do que um procedimento. Ele deve ser ágil e dialético o suficiente para dar conta das complexas situações de trabalho de qualquer proposta investigativa. Com esse espírito, construímos uma metodologia que colocou o *uso recorrente da voz passiva analítica, com apagamento do sujeito*, no centro da investigação. A partir daí, dotamos o *pólo I* com nossa teoria lingüística e com os fatos da pesquisa para entender que a análise intralingüística dos dados, ainda que considerando a via enunciativa, não daria conta de tamanho escopo semântico. Tivemos que passar para o nível *translingüístico*, o que resultou num reposicionamento das análises e no enriquecimento de nossa teoria. O *pólo II* participou ativamente, através de operadores voluntários, assim que foi solicitado; os operadores auxiliaram no entendimento das *dramáticas de usos de si*, e nos fizeram entender quão complexa e eficiente é sua estratégia de comunicação frente à atividade. No *pólo III*, experimentamos, enquanto pesquisadoras, a busca por um modelo de pensamento que precisa ser livre, democrático e dialético, aberto às atualizações do *pólo II* sobre o *pólo I*. Nesse exercício ergológico, o desconforto intelectual costuma ser uma constante, mas possibilita a renovação dos conceitos, porque os saberes organizados do *pólo I* precisam ser *revisitados* constantemente para que as certezas não calcifiquem a construção histórica do conhecimento, e possa torná-lo cada vez mais representativo da realidade em que vivemos.

Assim, pudemos atualizar efetivamente nossa teoria lingüística, o que nos instiga, a partir de agora, a pesquisar cada vez mais, em respeito à abertura que o próprio Benveniste conclama através da arquitetura de sua obra. Ao situarmos a pesquisa no campo fértil do *trabalho vivo*, sentimos a necessidade de expandir as possibilidades para o que Benveniste (1989, p. 67) chama de *translingüística*: saímos para a exterioridade necessária, apoiadas na *metassemântica enunciativa*, para descobrir que o sujeito jamais está apagado. Esse *corpo-si* gerencia dramáticas de usos de si de maneira singular, inclusive através de suas escolhas verbais.

Pela análise do movimento do narrador em diferentes *corpora*, percebemos que o sujeito negocia com as normas antecedentes no momento em que se coloca como *ausente* nos relatórios escritos. Paradoxalmente, ao enunciar-se pela voz passiva analítica, com alto grau de apagamento, esse sujeito parece reconhecer a impossibilidade de reverter *Eu/Tu* na constituição de seus enunciados escritos quando fala ao nível hierárquico superior, isto porque tem que administrar *dramáticas de usos de si pelo outro* na hora de escrever seu relatório. A estreita compatibilidade teórica entre a lingüística da enunciação e a ergologia nos mostrou que o *corpo-si* é o legítimo gestor de qualquer situação dentro da atividade, seja de linguagem, seja de trabalho, sendo no seio da atividade que ele encontra a possibilidade de (re) constituição intersubjetiva.

O fato especial com relação a este estudo é que os operadores redatores não esperam que os relatórios atendam a uma comunicação eficaz. Pelo contrário, eles parecem entender que as informações mais dramáticas, ricas de detalhes, precisam ser transmitidas oralmente para seus pares. É relevante que os relatórios não sejam, nem de longe, os registros mais apurados das ações desenvolvidas durante a jornada de trabalho; os operadores necessitam informar os conteúdos oralmente, *homem-a-homem*, *colega-a-colega*, *corpo-si-a-corpo-si*, *Eu-a-Tu*, numa interação mais legítima. Cada relatório escrito funciona apenas como roteiro da conversa entre os operadores que saem da jornada de trabalho e os que chegam para assumir a posição. Esse momento de passagem de serviço é um ritual importantíssimo, é a celebração da sua atividade, o reconhecimento, através da comunicação com seu par, da importância das dramáticas situações de trabalho que eles administram.

Consideramos que as observações sobre a voz verbal e o uso (ou não) dos pronomes puderam dizer algo sobre os deslizamentos das marcas de subjetividade dos operadores dentro do quadro enunciativo. De fato, pudemos observar que há um gradiente na representação subjetiva entre as diferentes formas de dizer a atividade de trabalho, no qual o sujeito migra

do traço *menos ativo* ao traço *mais ativo* (D'ÁVILA, 2005, p. 18) nas diferentes formas de enunciar, crescendo desde o relatório escrito, quando ele utiliza a voz passiva e não se marca como agente, aumentando na passagem de serviço *homem-a-homem*, quando ele utiliza um sujeito coletivo para explicar a ação, culminando na *verbalização sobre a atividade*, quando o corpo-si reflete sobre sua atividade e revela que o emprego da voz passiva frente às hierarquias, representadas pelo relatório escrito, é algo generalizado entre os operadores, uma atitude coletiva frente ao rigor instituído pelas normas antecedentes.

Certamente, a pouca reversibilidade discursiva *Eu/Tu* tornou a comunicação com as hierarquias mais difícil, fazendo o sujeito se recolher na forma apassivada do verbo. Entretanto, sua natureza singular o faz emergir diariamente na comunicação intersubjetiva com seu par. Na passagem de serviço *homem-a-homem*, a manifestação do *Eu* enunciador fica mais nítida porque a alteridade *Eu/Tu* é favorecida pelos laços de identidade existente entre operadores, os quais são fortalecidos pela necessidade que têm um do outro para gerenciar os riscos daquela atividade.

Na verbalização sobre a atividade, a volta sobre o dito, através da audição de suas gravações, possibilitou-lhes uma reflexão, quem sabe com potencial de ressignificação da atividade de trabalho e da atividade de linguagem. A técnica favoreceu, acima de tudo, o reconhecimento da identidade de uma categoria que é criativa, comprometida com o treinamento recebido e totalmente engajada em sua atividade, talvez mais do que os operadores podiam perceber antes da pesquisa, talvez mais do que a empresa consiga compreender, pela distância que a trama discursiva revela.

Queremos crer que nossa pesquisa tenha inspirado esses trabalhadores para uma reflexão sobre sua atividade de trabalho e seu papel protagonista, objetivo maior da disciplina ergológica. Para isso, colocamos o resultado desse conhecimento à disposição da empresa petroquímica, a qual nos acolheu de forma extremamente respeitosa, para que a faça circular entre seus empregados. Como sugestão, repetiremos a apresentação realizada à banca examinadora a qualquer tempo dentro da empresa, conforme seu interesse.

Para nós, enquanto pesquisadoras de lingüística aplicada, fica a certeza de que nosso estudo só é profícuo se for, de fato, *inter, trans e pluridisciplinar*.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras Incertas, as não-coincidências do dizer**. São Paulo: Unicamp, 1998.

BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BAKTHIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Simone Lima Silveira. **Diálogo entre escola e mídia jornalística: uma análise metassemântica de mídia direcionada ao ensino**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2008.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000-2002.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996.

D'ÁVILA, Nerci Terezinha. **Voz verbal: uma abordagem enunciativa**. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2005.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: In Press, 2006.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

DUFOUR, Dany Robert. A trindade e a língua. In: _____. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 67-136.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação, as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

FLORES, Valdir N. **Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Por que gosto de Benveniste?: um ensaio sobre a singularidade do homem na língua. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 217-230, 2004.

_____. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição modalidade de enunciação. **Organon**, Porto Alegre, n. 40/41, p. 61-75, 2006.

_____; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'Énonciation, de la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin, 1999.

LICHTENBERG, Sonia. Uso de todo: uma abordagem enunciativa. **Letras de Hoje**, v. 36, n. 4, p. 147-181, dez. 2001.

MATEUS, Maria H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

REIS, Mário N. C. **Articulação entre os conhecimentos tácitos e científicos na operação de sistemas digitais em plantas de refino: um estudo de caso**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005.

SCHWARTZ, Yves. **Le paradigme ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarés, 2000.

_____; Yves; DURRIVE, Louis (orgs.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007.

SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**., conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005. p. 103-121.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de. Estudos enunciativos: atividades de linguagem em situação de trabalho. In: BRAIT, Beth. **Estudos enunciativos no Brasil**: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes/Fapesp, 2001. p. 131-146.

_____. Quais as contribuições da lingüística aplicada para a análise do trabalho? In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (orgs). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. São Paulo: DP&A, 2004. p. 189-213.

TEIXEIRA, Marlene. Quando a singularidade intervém na atividade de trabalho. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, III, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. V. 1, p. 1-15.

VIEIRA, Marcos Antônio. *Autoconfrontação e análise da atividade*. In: FIGUEIREDO, Marcelo et al. (orgs). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. São Paulo: DP&A, 2004. p. 214 a 237.

ANEXOS

ANEXO B – INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE RELATÓRIOS

Procedimento Resumido de Preenchimento

A seguir é apresentado um procedimento de preenchimento voltado para as pessoas que necessitam apenas preencher os relatórios.

1 – Inicie o preenchimento do Relatório

Acesse o sistema pela intranet e digite sua chave e senha do IBM. Utilize a opção “11.02.1 – Iniciar Preenchimento de Relatório”

2 – Preencha o Relatório

Utilize a opção “11.02.2 – Preencher Relatório Atual”

Caso sua chave tenha acesso a mais de uma classe de relatório utilize a tela seguinte para escolher a classe desejada.

A seguir será apresentada uma tela com as partes de relatório. Escolha uma parte

2.1 - Caso a parte escolhida seja de Dados Estruturados,

- Clique em recarregar (no final da página) para vir os dados automáticos
- Preencha os campos em branco
- Clique mais uma vez em recarregar para que sejam feitos os cálculos automáticos (como número de acidentes no ano)
- Confira todos os dados e clique em salvar.

2.2 - Caso a parte escolhida seja de Comentários ou Ocorrências, clique no link da parte e, na tela a seguir clique em inserir, para inserir novos comentários

2.3 – Caso a parte escolhida seja de tabelas, clique em “Recarregar” a fim de obter os registros

3 – Finalize o Relatório

Utilize a opção “11.02.03 – Finalizar Preenchimento de Relatório” para concluir o relatório.

ANEXO C – NORMA REGULAMENTADORA NR-6 – ABNT

NR 6 – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

6.1 Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora – NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual – EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

6.1.1 Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

6.2 O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. (206.001-9 /I3).

6.3 A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho; (206.002-7/I4)
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e, 206.003-5 /I4)
- c) para atender a situações de emergência. (206.004-3 /I4)

6.4 Atendidas as peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 6.3, o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no ANEXO I desta NR.

6.4.1 As solicitações para que os produtos que não estejam relacionados no ANEXO I, desta NR, sejam considerados como EPI, bem como as propostas para reexame daqueles ora elencados, deverão ser avaliadas por comissão tripartite a ser constituída pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após ouvida a CTPP, sendo as conclusões submetidas àquele órgão do Ministério do Trabalho e Emprego para aprovação.

6.5 Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, ou a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, nas empresas desobrigadas de manter o SESMT, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.

6.5.1 Nas empresas desobrigadas de constituir CIPA, cabe ao designado, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, recomendar o EPI adequado à proteção do trabalhador.

6.6 Cabe ao empregador:

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade; (206.005-1 /I3)
- b) exigir seu uso; (206.006-0 /I3)
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; (206.007-8/I3)
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação; (206.008-6 /I3)
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; (206.009-4 /I3)
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e, (206.010-8 /I1)

g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada. (206.011-6 /I1)

6.7 Cabe ao empregado

6.7.1 Cabe ao empregado quanto ao EPI:

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

6.8 Cabe ao fabricante e ao importador:

6.8.1 O fabricante nacional ou o importador deverá:

- a) cadastrar-se, segundo o ANEXO II, junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho; (206.012-4 /I1);
- b) solicitar a emissão do CA, conforme o ANEXO II; (206.013-2 /I1);
- c) solicitar a renovação do CA, conforme o ANEXO II, quando vencido o prazo de validade estipulado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalho (206.014-0 /I1);
- d) requerer novo CA, de acordo com o ANEXO II, quando houver alteração das especificações do equipamento aprovado; (206.015-9 /I1);
- e) responsabilizar-se pela manutenção da qualidade do EPI que deu origem ao Certificado de Aprovação - CA; (206.016-7 /I2);
- f) comercializar ou colocar à venda somente o EPI, portador de CA; (206.017-5 /I3);
- g) comunicar ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos; (206.0118-3 /I1);
- h) comercializar o EPI com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso; (206.019-1 /I1);
- i) fazer constar do EPI o número do lote de fabricação; e, (206.020-5 /I1);
- j) providenciar a avaliação da conformidade do EPI no âmbito do SINMETRO, quando for o caso. (206.021-3 /I1);

6.9 Certificado de Aprovação – CA

6.9.1 Para fins de comercialização o CA concedido aos EPI terá validade:

- a) de 5 (cinco) anos, para aqueles equipamentos com laudos de ensaio que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO;
- b) do prazo vinculado à avaliação da conformidade no âmbito do SINMETRO, quando for o caso;
- c) de 2 (dois) anos, para os EPI desenvolvidos até a data da publicação desta Norma quando não existirem normas técnicas nacionais ou internacionais, oficialmente reconhecidas, ou laboratório capacitado para realização dos ensaios, sendo que nesses casos os EPI terão sua aprovação pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, mediante apresentação e análise do Termo de Responsabilidade Técnica e da especificação técnica de fabricação, podendo ser renovado até 2006, quando se expirarão os prazos concedidos; e,
- d) de 2 (dois) anos, renováveis por igual período, para os EPI desenvolvidos após a publicação desta NR, quando não existirem normas técnicas nacionais ou internacionais, oficialmente reconhecidas, ou laboratório capacitado para realização ensaios, caso em que os EPI serão aprovados pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, mediante apresentação e análise do Termo de Responsabilidade Técnica e da especificação técnica de fabricação.

6.9.2 O órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, quando necessário e mediante justificativa, poderá estabelecer prazos diversos daqueles dispostos no subitem 6.9.1.

6.9.3 Todo EPI deverá apresentar em caracteres indeléveis e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA. (206.01/II).

6.9.3.1 Na impossibilidade de cumprir o determinado no item 6.9.3, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá autorizar forma alternativa de gravação, a ser proposta pelo fabricante ou importador, devendo esta constar do CA.

6.10 Restauração, lavagem e higienização de EPI

6.10.1 Os EPI passíveis de restauração, lavagem e higienização, serão definidos pela comissão tripartite constituída, na forma do disposto no item 6.4.1, desta NR, devendo manter as características de proteção original.

6.11 Da competência do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE

6.11.1 Cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho:

- a) cadastrar o fabricante ou importador de EPI;
- b) receber e examinar a documentação para emitir ou renovar o CA de EPI;
- c) estabelecer, quando necessário, os regulamentos técnicos para ensaios de EPI;
- d) emitir ou renovar o CA e o cadastro de fabricante ou importador;
- e) fiscalizar a qualidade do EPI;
- f) suspender o cadastramento da empresa fabricante ou importadora; e,
- g) cancelar o CA.

6.11.1.1 Sempre que julgar necessário o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência, além de outros requisitos.

6.11.2 Cabe ao órgão regional do MTE:

- a) fiscalizar e orientar quanto ao uso adequado e a qualidade do EPI;
- b) recolher amostras de EPI; e,
- c) aplicar, na sua esfera de competência, as penalidades cabíveis pelo descumprimento desta NR.

6.12 Fiscalização para verificação do cumprimento das exigências legais relativas ao EPI.

6.12.1 Por ocasião da fiscalização poderão ser recolhidas amostras de EPI, no fabricante ou importador e seus distribuidores ou revendedores, ou ainda, junto à empresa utilizadora, em número mínimo a ser estabelecido nas normas técnicas de ensaio, as quais serão encaminhadas, mediante ofício da autoridade regional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, a um laboratório credenciado junto ao MTE ou ao SINMETRO, capaz de realizar os respectivos laudos de ensaios, ensejando comunicação posterior ao órgão nacional competente.

6.12.2 O laboratório credenciado junto ao MTE ou ao SINMETRO, deverá elaborar laudo técnico, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento das amostras, ressalvados os casos em que o laboratório justificar a necessidade de dilatação deste prazo, e encaminhá-lo ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, ficando reservado a parte interessada acompanhar a realização dos ensaios.

6.12.2.1 Se o laudo de ensaio concluir que o EPI analisado não atende aos requisitos mínimos especificados em normas técnicas, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho expedirá ato suspendendo a comercialização e a utilização do lote do equipamento referenciado, publicando a decisão no Diário Oficial da União – DOU.

6.12.2.2 A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, quando julgar necessário, poderá requisitar para analisar, outros lotes do EPI, antes de proferir a decisão final.

6.12.2.3 Após a suspensão de que trata o subitem 6.12.2.1, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

6.12.2.4 Esgotado o prazo de apresentação de defesa escrita, a autoridade competente do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST, analisará o processo e proferirá sua decisão, publicando-a no DOU.

6.12.2.5 Da decisão da autoridade responsável pelo DSST, caberá recurso, em última instância, ao Secretário de Inspeção do Trabalho, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação da decisão recorrida.

6.12.2.6 Mantida a decisão recorrida, o Secretário de Inspeção do Trabalho poderá determinar o recolhimento do(s) lote(s), com a conseqüente proibição de sua comercialização ou ainda o cancelamento do CA.

6.12.3 Nos casos de reincidência de cancelamento do CA, ficará a critério da autoridade competente em matéria de segurança e saúde no trabalho a decisão pela concessão, ou não, de um novo CA.

6.12.4 As demais situações em que ocorra suspeição de irregularidade ensejarão comunicação imediata às empresas fabricantes ou importadoras, podendo a autoridade competente em matéria de segurança e saúde no trabalho suspender a validade dos Certificados de Aprovação de EPI emitidos em favor das mesmas, adotando as providências cabíveis.

ANEXO I - LISTA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

A - EPI PARA PROTEÇÃO DA CABEÇA

A.1 – Capacete

- a) capacete de segurança para proteção contra impactos de objetos sobre o crânio;
- b) capacete de segurança para proteção contra choques elétricos;
- c) capacete de segurança para proteção do crânio e face contra riscos provenientes de fontes geradoras de calor nos trabalhos de combate a incêndio.

A.2 – Capuz

- a) capuz de segurança para proteção do crânio e pescoço contra riscos de origem térmica;
- b) capuz de segurança para proteção do crânio e pescoço contra respingos de produtos químicos;
- c) capuz de segurança para proteção do crânio em trabalhos onde haja risco de contato com partes giratórias ou móveis de máquinas.

B – EPI PARA PROTEÇÃO DOS OLHOS E FACE

B.1 - Óculos

- a) óculos de segurança para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes;
- b) óculos de segurança para proteção dos olhos contra luminosidade intensa;
- c) óculos de segurança para proteção dos olhos contra radiação ultra-violeta;
- d) óculos de segurança para proteção dos olhos contra radiação infra-vermelha;
- e) óculos de segurança para proteção dos olhos contra respingos de produtos químicos

B.2 – Protetor facial

- a) protetor facial de segurança para proteção da face contra impactos de partículas volantes;
- b) protetor facial de segurança para proteção da face contra respingos de produtos químicos;
- c) protetor facial de segurança para proteção da face contra radiação infra-vermelha;
- d) protetor facial de segurança para proteção dos olhos contra luminosidade intensa.

B.3 – Máscara de Solda

- a) máscara de solda de segurança para proteção dos olhos e face contra impactos de partículas volantes;

- b) máscara de solda de segurança para proteção dos olhos e face contra radiação ultravioleta;
- c) máscara de solda de segurança para proteção dos olhos e face contra radiação infravermelha;
- d) máscara de solda de segurança para proteção dos olhos e face contra luminosidade intensa.

C – EPI PARA PROTEÇÃO AUDITIVA

C.1 – Protetor auditivo

- a) protetor auditivo circum-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR – 15, Anexos I e II;
- b) protetor auditivo de inserção para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR – 15, Anexos I e II;
- c) protetor auditivo semi-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR – 15, Anexos I e II.

D – EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA

D.1 – Respirador purificador de ar

- a) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas;
- b) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos;
- c) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos;
- d) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra vapores orgânicos ou gases ácidos em ambientes com concentração inferior a 50 ppm (parte por milhão);
- e) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra gases emanados de produtos químicos;
- f) respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra partículas e gases emanados de produtos químicos;
- g) respirador purificador de ar motorizado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos.

D.2 – Respirador de adução de ar

- a) respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde e em ambientes confinados;
- b) máscara autônoma de circuito aberto ou fechado para proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde e em ambientes confinados;

D.3 – Respirador de fuga

- a) respirador de fuga para proteção das vias respiratórias contra agentes químicos em condições de escape de atmosferas Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde ou com concentração de oxigênio menor que 18 % em volume.

E – EPI PARA PROTEÇÃO DO TRONCO

- E.1 – Vestimentas de segurança que ofereçam proteção ao tronco contra riscos de origem térmica, mecânica, química, radioativa e meteorológica e umidade proveniente de operações com uso de água.

F – EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS SUPERIORES

F.1 – Luva

- a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes;
- c) luva de segurança para proteção das mãos contra choques elétricos;
- d) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes térmicos;
- e) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes biológicos;
- f) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos;
- g) luva de segurança para proteção das mãos contra vibrações;
- h) luva de segurança para proteção das mãos contra radiações ionizantes.

F.2 – Creme protetor

- a) creme protetor de segurança para proteção dos membros superiores contra agentes químicos, de acordo com a Portaria SSST nº 26, de 29/12/1994.

F.3 – Manga

- a) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra choques elétricos;
- b) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra agentes abrasivos e escoriantes;
- c) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra agentes cortantes e perfurantes;
- d) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- e) manga de segurança para proteção do braço e do antebraço contra agentes térmicos.

F.4 – Braçadeira

- a) braçadeira de segurança para proteção do antebraço contra agentes cortantes.

F.5 – Dedeira

- a) dedeira de segurança para proteção dos dedos contra agentes abrasivos e escoriantes.

G – EPI PARA PROTEÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES

G.1 – Calçado

- a) calçado de segurança para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos;
- b) calçado de segurança para proteção dos pés contra choques elétricos;
- c) calçado de segurança para proteção dos pés contra agentes térmicos;
- d) calçado de segurança para proteção dos pés contra agentes cortantes e escoriantes;
- e) calçado de segurança para proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- f) calçado de segurança para proteção dos pés e pernas contra respingos de produtos químicos.

G.2 – Meia

- a) meia de segurança para proteção dos pés contra baixas temperaturas.

G.3 – Perneira

- a) perneira de segurança para proteção da perna contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) perneira de segurança para proteção da perna contra agentes térmicos;
- c) perneira de segurança para proteção da perna contra respingos de produtos químicos;
- d) perneira de segurança para proteção da perna contra agentes cortantes e perfurantes;
- e) perneira de segurança para proteção da perna contra umidade proveniente de operações com uso de água.

G.4 – Calça

- a) calça de segurança para proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) calça de segurança para proteção das pernas contra respingos de produtos químicos;
- c) calça de segurança para proteção das pernas contra agentes térmicos;
- d) calça de segurança para proteção das pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água.

H – EPI PARA PROTEÇÃO DO CORPO INTEIRO

H.1 – Macacão

- a) macacão de segurança para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra chamas;
- b) macacão de segurança para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes térmicos;
- c) macacão de segurança para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra respingos de produtos químicos;
- d) macacão de segurança para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra umidade proveniente de operações com uso de água.

H.2 – Conjunto

- a) conjunto de segurança, formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó, para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra agentes térmicos;
- b) conjunto de segurança, formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó, para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra respingos de produtos químicos;
- c) conjunto de segurança, formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó, para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra umidade proveniente de operações com uso de água;
- d) conjunto de segurança, formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó, para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra chamas.

H.3 – Vestimenta de corpo inteiro

- a) vestimenta de segurança para proteção de todo o corpo contra respingos de produtos químicos;
- b) vestimenta de segurança para proteção de todo o corpo contra umidade proveniente de operações com água.

I – EPI PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL

I.1 – Dispositivo trava-queda

- a) dispositivo trava-queda de segurança para proteção do usuário contra quedas em operações com movimentação vertical ou horizontal, quando utilizado com cinturão de segurança para proteção contra quedas.

I.2 – Cinturão

- a) cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura;
- b) cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda no posicionamento em trabalhos em altura.

Nota: O presente Anexo poderá ser alterado por portaria específica a ser expedida pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após observado o disposto no subitem 6.4.1.

ANEXO II

1.1 – O cadastramento das empresas fabricantes ou importadoras, será feito mediante a apresentação de formulário único, conforme o modelo disposto no ANEXO III, desta NR, devidamente preenchido e acompanhado de requerimento dirigido ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho.

1.2 – Para obter o CA, o fabricante nacional ou o importador, deverá requerer junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho a aprovação do EPI.

1.3 – O requerimento para aprovação do EPI de fabricação nacional ou importado deverá ser formulado, solicitando a emissão ou renovação do CA e instruído com os seguintes documentos:

a) memorial descritivo do EPI, incluindo o correspondente enquadramento no ANEXO I desta NR, suas características técnicas, materiais empregados na sua fabricação, uso a que se destina e suas restrições;

b) cópia autenticada do relatório de ensaio, emitido por laboratório credenciado pelo órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho ou do documento que comprove que o produto teve sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO, ou, ainda, no caso de não haver laboratório credenciado capaz de elaborar o relatório de ensaio, do Termo de Responsabilidade Técnica, assinado pelo fabricante ou importador, e por um técnico registrado em Conselho Regional da Categoria;

c) cópia autenticada e atualizada do comprovante de localização do estabelecimento, e,

d) cópia autenticada do certificado de origem e declaração do fabricante estrangeiro autorizando o importador ou o fabricante nacional a comercializar o produto no Brasil, quando se tratar de EPI importado.

ANEXO III

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO
FORMULÁRIO ÚNICO PARA CADASTRAMENTO DE EMPRESA FABRICANTE OU IMPORTADORA DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

– Identificação do fabricante ou importador de EPI:

Fabricante:	Importador:	Fabricante e
Importador:		
Razão Social:		
Nome Fantasia:	CNPJ/MF:	
Inscrição Estadual – IE:	Inscrição Municipal – IM:	
Endereço:	Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	
E-Mail:	Ramo de Atividade:	
CNAE (Fabricante):	CCI da SRF/MF (Importador):	

2 – Responsável perante o DSST / SIT:

a) Diretores:

Nome	N.º da Identidade	Cargo na Empresa
1		
2		
3		

b) Departamento Técnico:

Nome	N.º do Registro Prof.	Conselho Prof./Estado
1		
2		

3 – Lista de EPI fabricados:

4 – Observações:

a) Este formulário único deverá ser preenchido e atualizado, sempre que houver alteração, acompanhado de requerimento ao DSST / SIT / MTE;

b) Cópia autenticada do Contrato Social onde conste dentre os objetivos sociais da empresa, a fabricação e/ou importação de EPI.

Nota: As declarações anteriormente prestadas são de inteira responsabilidade do fabricante ou importador, passíveis de verificação e eventuais penalidades, facultadas em Lei.

_____, _____ de _____ de _____

Diretor ou Representante Legal

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)